

Universidade Federal Fluminense - UFF
Instituto de Estudos Estratégicos - INEST
Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos

**A continuidade dos conceitos de Guerra de Manobra no Século XX e sua
aplicabilidade em grandes conflitos**

Bruno Cavalcanti Amado

Niterói – RJ
Outubro/2020

Universidade Federal Fluminense - UFF
Instituto de Estudos Estratégicos - INEST
Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos

A continuidade dos conceitos de Guerra de Manobra no Século XX e sua aplicabilidade em grandes conflitos

Autor: Bruno Cavalcanti Amado

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense – UFF, como requisito para obtenção do título de Especialista em Estudos Estratégicos.

Orientador: Prof. Dr. Vágner Camilo Alves

Niterói – RJ
Outubro/2020



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS



Ficha de Avaliação de Trabalho de Conclusão de Curso

Título do Trabalho: A continuidade dos conceitos de Guerra de Manobra no Século XX e sua aplicabilidade em grandes conflitos

Aluno: Bruno Cavalcanti Amado

Semestre Letivo: 2º / 2020

Avaliadores:

Vágner Camilo Alves – Orientador (Avaliador 01)
Departamento de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais

João Rafael Gualberto de Souza Moraes – Leitor (Avaliador 02)
Departamento de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais

Notas dos Avaliadores	
Avaliador 01	
Avaliador 02	
Nota Final	

ÍNDICE

Introdução.....	01
Capítulo I – A GUERRA DE MANOBRA.....	04
1.1 – Conceituação	04
1.2 – Princípios.....	07
1.2.1 O Ciclo OODA.....	07
1.2.2 Os Filtros de Lind.....	09
1.2.3 As contribuições de Leonhard.....	12
1.3 – A Guerra de Manobra e a arte da Guerra no nível Operacional.....	18
Capítulo II – A WEHRMACHT – AS CAMPANHAS DA FRANÇA E CRETA.....	23
2.1 – Contexto histórico – Os fatores condicionantes do âmbito Político-Estratégico.	23
2.2 – A doutrina alemã e a Guerra de Manobra – <i>A Blitzkrieg</i>	28
2.3 – A Campanha da França – <i>Case Yellow</i>	33
2.4 – A Campanha de Creta – Operação Mercúrio	36
Capítulo III – US ARMY - OPERAÇÃO TEMPESTADE NO DESERTO	41
3.1 – Contexto histórico – Os fatores condicionantes do âmbito Político-Estratégico	41
3.2 – A doutrina estadunidense e a Guerra de Manobra – <i>A AirLand Battle</i>	46
3.3 – Operação Tempestade no Deserto	53
Conclusão	64
Referências Bibliográficas	66

RESUMO

A Continuidade dos conceitos de Guerra de Manobra no Século XX e sua aplicabilidade em Grandes

Na busca por incrementar sua capacidade de defesa, os países visam sempre o melhoramento de suas Forças Armadas. Isto envolve tanto investimento em uma modernização de seus armamentos e equipamentos, através de pesquisa, desenvolvimento ou compra de novas tecnologias; quanto a otimização de suas doutrinas de combate, visando adequá-la às novas realidades que se descortinam para os Estados. No âmbito da doutrina, os países buscam principalmente absorver ensinamentos passados de experiências de sucesso, adaptando-as para as realidades dos novos desafios vindouros. É neste escopo que se encaixa a doutrina da Guerra de Manobra (GDM). Nesse contexto, este trabalho fará uma análise de dois exércitos que ficaram famosos pelo seu sucesso estrondoso (a Wehrmacht e sua *Blitzkrieg* na IIGM - particularmente no front ocidental com as Operações na França e em Creta, e o exército americano na Operação Tempestade no Deserto), buscando avaliar se os conceitos de GDM, que embora tivessem se apresentado ao longo de toda a história, só foram passíveis de implementação ao final dos anos 30; foram importantes para que estes obtivessem a vitória, e se, meio século depois de sua implementação, encontram-se ainda válidos.

Palavras-chave: *Blitzkrieg*. Guerra de Manobra. Operação Tempestade no Deserto.

ABSTRACT

The ongoing concepts of Maneuver Warfare throughout the 20th Century and its applications in big conflicts

In the search for increasing its defense capacity, countries always seek the improvement of their Armed Forces. That is a matter both of investment in the modernization of their weapons and equipment through research, development and purchase of new technology; and of optimization of their combat doctrines, trying to suit them to the new realities showed to the States. In that matter, the countries always seek for absorbing the past lessons from success experiences, adapting them to the new challenges that will come. In that subject, fits the *Maneuver Warfare (MW)*. This way, this work will produce an analysis from two armies whose amazing victories (the *Wehrmacht* and its *Blitzkrieg* in the WWII – particularly in the west front, with the Operations in France and in Crete; and the US Army in the Operation Desert Storm), searching to evaluate if the concepts of MW, that even though had presented themselves throughout the whole history of warfare, only became fully possible by the late 30's; were important for those armies to succeed, and if half a century after its implementation, those concepts still apply.

Key-words: *Blitzkrieg*. Maneuver Warfare. Desert Storm.

INTRODUÇÃO

O fenômeno da guerra não é algo novo. A história está repleta de exemplos imemoriais de eventos belicosos que definiram os rumos da humanidade. Como nos ensinou o General Prussiano Carl Von Clausewitz, “A guerra é, então, um ato de força para compelir o inimigo a fazer nossa vontade” (CLAUSEWITZ, 1976, p. 75). É um evento tão dramático que é capaz de suscitar em toda uma gama de participantes diretos e indiretos sentimentos primitivos mais básicos de sobrevivência. Lógico seria, portanto, pensar nas melhores formas de se vencer um inimigo sofrendo a menor quantidade de revezes, em contraponto.

Nesse sentido enquadra-se a teoria da Guerra de Manobra. Ao contrário do que se pode imaginar, nem ela, nem sua antagônica, a Guerra de Atrito, foram teorias desenvolvidas. Ambas são produtos endógenos da capacidade humana de se envolver em um combate. A Guerra de Atrito possui foco precípua na força bruta, em subjugar o inimigo através da massa e do desgaste até que suas forças não sejam mais capazes de lutar. A Guerra de Manobra busca, justamente, vencer o inimigo, se possível, sem engajar em combate.

Um ponto a se ressaltar é que não é objetivo deste estudo - e de forma alguma a história ratificaria se fosse - contestar a eficácia de vencer através do atrito. A história está repleta de eventos onde uma força venceu outra em combate frontal simplesmente por possuir mais homens e/ou mais armas. Vencer através do atrito é uma estratégia válida. A questão a ser apresentada ao longo deste trabalho é que a Guerra de Manobra é mais eficiente. A intenção é demonstrar que ela também alcança a vitória no combate, e o faz tendo uma menor quantidade de perdas materiais e de pessoal como resultado. E por isso foi adotada como forma de empreender a guerra por exércitos que se encontravam em desvantagem perante seus inimigos.

Demonstrar tal fato não é tarefa simplória. Primeiramente porque não existem combates puramente pautados pelo atrito ou pela manobra. De fato, há elementos de ambos em quaisquer guerras que se façam analisadas. O segundo fator importante é a dialética da guerra. Esta é uma interação de duas forças antagônicas e, dessa forma, um exército não precisa ser bom para vencer: basta que seja melhor do que o adversário. Assim, não raras as vezes em que um exército venceu simplesmente porque o outro foi pior.

Para embasar a argumentação, foram selecionados dois casos históricos: as ações dos exércitos alemão na II Guerra Mundial (IIGM), e americano na Operação Tempestade no Deserto. A motivação para tal escolha foi primeiramente temporal. O século XX foi

marcado por duas guerras mundiais, além de quase cinquenta anos de Guerra Fria. Um século pautado pela beligerância. Nesse contexto, a *Blitzkrieg* marca a primeira vez que uma força foi capaz de empregar amplamente a manobra justamente pela inovação tecnológica que foi característica do entreguerras, com o advento da mecanização dos veículos. Nesse mesmo século, com um intervalo de cinquenta anos, os Estados Unidos adentravam na Guerra do Golfo com o objetivo de apresentar todo o seu poderio, em um contexto de retração de sua super potência antagônica, a União Soviética. Assim, se fazia necessário não apenas vencer, mas impressionar, e para isso, os EUA encontraram a oportunidade perfeita para por em prática sua doutrina recém-implementada, a *AirLand Battle*, que pregava uma tentativa de romper com sua mentalidade pautada no atrito. Dessa forma, o estudo destes dois conflitos representaria a avaliação da continuidade dos conceitos de Guerra de Manobra no século XX, em primeiro lugar.

Além desse fator, ambos os conflitos nos oferecem uma oportunidade interessante: nos dois, os adversários lutaram muito mal. Não obstante erros que de fato cometeram, lutaram muito mal também porque acreditavam que poderiam atritar seus adversários até obter a vitória. No caso francês, a Linha Maginot demonstrava que a França se preparava para adentrar em uma guerra de trincheiras como foi a IGM, confiando que seu exército numericamente e materialmente superior venceria desta forma. No caso iraquiano, o entrincheiramento das tropas na fronteira com a Arábia Saudita demonstrava a intenção de Saddam de desgastar as tropas americanas a ponto de causar tantas baixas que tornaria a continuação da guerra impraticável frente a opinião pública interna americana. Em ambos os casos, os defensores se depararam com tropas que não estavam dispostas (e tinham consciência que não poderiam) a engajar em combates longos e sangrentos, e optaram pela manobra. Como resultado, obtiveram vitórias fulminantes a custos muito baixos.

Dessa forma, este estudo se dividirá em três capítulos: no primeiro, será apresentada a teoria da Guerra de Manobra como desenvolvida por alguns dos seus principais pensadores, que além de terem deixado suas contribuições à teoria, também consolidaram alguns dos conhecimentos anteriores advindos de outros pensadores. Há elementos de Liddell Hart nos escritos de William Lind, e de Jonathan House, nos de Robert Leonhard, por exemplo. Com isso, o estudo buscou cobrir um amplo espectro temporal de autores que contribuíram com a evolução da Guerra de Manobra.

No segundo capítulo, será apresentada a *Blitzkrieg*, demonstrando sua relação com a Guerra de Manobra. Não seria possível, no entanto, avaliar essa doutrina sem entender quais os fatores condicionantes para que ela fosse desenvolvida e empregada. Nesse sentido, serão apresentados também os condicionantes do âmbito político estratégico que

foram ao encontro dos preceitos doutrinários do exército alemão. De posse do entendimento pleno, apresentaremos sua aplicação prática. O fato de a *Blitzkrieg* ter sido posta em prática durante a IIGM nos possibilita uma miríade de eventos em que podemos nos valer para fazer a análise da aplicabilidade dos conceitos da Guerra de Manobra. Nesse sentido, este estudo selecionou uma campanha onde os preceitos da GDM se mostraram plenamente presentes, e outro em que alguns deles não foram observados, de forma a concluir sobre a eficiência da aplicação da doutrina ou não.

No terceiro capítulo será apresentada a *AirLand Battle*, e sua aplicação na Operação Tempestade no Deserto. De maneira semelhante ao anterior, o conflito ocorrido na Guerra do Golfo apresentava condicionantes nos âmbitos político estratégico que não poderiam ser atendidos com um combate prolongado. Este estudo buscará demonstrar, então a relação da Guerra de Manobra com estes condicionantes. De posse deste entendimento, e à luz dos preceitos de como fazer guerra implementados pela doutrina, analisaremos as ações americanas para avaliarmos sua eficiência.

Assim, a partir da concatenação dessas ideias, ao final este estudo buscará mostrar a aplicabilidade dos conceitos da Guerra de Manobra no séc. XX, à luz do seu emprego no primeiro conflito onde ela se fez plenamente possível, e do último grande conflito operacional desse século.

1. A GUERRA DE MANOBRA

A Guerra de Manobra (GDM), embora seja um conceito comumente associado à *Blitzkrieg* alemã, na verdade tem suas origens em pensamentos muito anteriores. A arte de vencer um inimigo mais forte, explorando-lhe as fraquezas, já era apresentada em 500 A.c., pelo General Sun Tzu, que nos ensinava: “Por isto, os que ganham todas as batalhas não são realmente profissionais; os que conseguem que se rendam impotentes os exércitos alheios sem lutar, são os melhores mestres do Arte da Guerra” (TZU, 1993). Nessa época então, pensadores militares já imaginavam como derrotar um inimigo sem a necessidade de envolver-se em custosas batalhas em termos de vidas e material, tentando derrotar o inimigo pela astúcia e a inteligência. Além disso, através da história, por diversas vezes viu-se um exército, que em tese era considerado inferior, vencer uma batalha improvável por não se valer de um enfrentamento frontal: a batalha de Leuctra (371 a.c. – Tebanos contra Espartanos), a Batalha de Gaugamela (331 a.c. – Alexandre, o Grande contra Dario III, da Pérsia), a batalha de Canas (216 a.c. – Hanibal contra Roma), passando pelas Guerras Napoleônicas. Até mesmo a Primeira Guerra Mundial (IGM), que tão famosa ficou por ter sido uma Guerra Estática, particularmente em seu front ocidental, teve seu componente de Guerra de Manobra em alguns momentos, como na ofensiva de 1918 por parte da Alemanha, onde seu exército se valeu de táticas de infiltração para romper o dispositivo inimigo.

Podemos ver, portanto, que as ideias principais da utilização do movimento para adquirir uma vantagem decisiva que reduza o engajamento por parte de nossas forças e propicie a vitória não são novas. No entanto, somente ao final da IGM, com o advento do veículo mecanizado, elas foram capazes de serem empregadas em sua plena forma moderna. Os exércitos passaram a ter em suas mãos a possibilidade de progredir protegidos, empregando fogo, e em velocidades muito superiores às anteriores. Apesar disso, somente esses fatores não explicam o que é a Guerra de Manobra em um ambiente moderno. Então como conceituá-la? E como empreendê-la? A essas perguntas, este estudo pretende responder.

1.1. CONCEITUAÇÃO

O primeiro passo para a compreensão da Guerra de Manobra é o entendimento de seus conceitos fundamentais. Primeiramente, devemos definir: A GDM é uma teoria ou um conceito?

De acordo com Robert Leonhard (1993):

Uma lei (ou princípio) é definido, para nossos propósitos, como a codificação de um fenômeno observado. Em outras palavras, uma lei reporta aquilo que ela viu. Ela oferece pouca definição e nenhuma explicação sobre o assunto, mas ao contrário, serve somente para catalogar o que ocorreu anteriormente. Uma teoria, por outro lado, vai além de observação, adentrando no domínio da análise. (LEONHARD, 1991, p. 78)¹

Dessa forma, a Guerra de Manobra se apresenta para nós como uma teoria no âmbito da arte da guerra: ela buscará explicar os conceitos que foram decisivos para o sucesso dos exércitos em engajar seus inimigos em situação desfavorável para eles, oferecendo um cabedal teórico que nos permita estudar a viabilidade de sua implementação em outras Forças Armadas.

No entanto, para compreender esses conceitos, faz-se mister a análise primeira do que leva um inimigo a ser engajado em situação desfavorável. Qual a essência do que levou todos os conflitos citados no início do capítulo ao resultado que se descortinou? A resposta, embora pareça simples, é na verdade revestida de uma complexidade enorme.

Os casos históricos apresentados no início do capítulo apresentam uma semelhança, que se encontra expressa no próprio nome da teoria: a superioridade do emprego da Manobra. Aqui cabe a diferenciação de “Manobra” e “Movimento”. O Movimento é uma definição mais ampla, e podemos nos valer do Manual do Ministério da Defesa, MD-35 *Glossário das Forças Armadas*, para seu entendimento: “Movimento – Designação geral da operação militar que consiste no deslocamento de uma força de uma região para outra” (BRASIL, 2015). Ou seja, o conceito de Movimento está diretamente associado a uma mobilidade, que seria a “capacidade de, por seus próprios meios, deslocar-se e estabelecer-se em novas bases de operações com relativa facilidade.” (BRASIL, 2015). Observamos então que esses se apresentam de uma forma genérica, o que não seria capaz de definir as razões do sucesso daqueles conflitos em lide, uma vez que ambas as tropas, seja da forma que fossem, possuíam mobilidade, e talvez até a derrotada pudesse vir a ser capaz de uma mobilidade superior àquela da tropa vencedora.

Uma definição de “manobra” é feita pelo Coronel Soviético F. D. Sverdlov, em seu estudo *Tactical Maneuver*: “Manobra... é o movimento (grifo meu) organizado de tropas (forças) durante operações de combate para um novo eixo (linha) e região para o propósito de ter uma vantagem em sua posição relativa ao inimigo, com o objetivo de executar um ataque decisivo” (apud LIND, 1983, p. 4). A partir desse conceito, podemos entender a manobra em um sentido mais estrito: “apenas quando a mobilidade é empregada com o objetivo de colocar

¹ A tradução do texto, assim como todas as traduções do inglês feitas em diante, são de responsabilidade do autor.

o comando e as forças do inimigo em uma posição insustentável, é que ela é traduzida em manobra” (ESTERHUYSE, 2001).

Com esta definição clareada, podemos começar a entender o que levou aos sucessos decisivos das forças como obtidos nas batalhas supracitadas: todas elas empregaram a manobra. Ou seja, movimentaram suas forças de forma decisiva no campo de batalha em prol de acumular vantagens significativas sobre as tropas adversárias. No entanto, a guerra é dialética, por se tratar da interação de duas forças antagônicas. Ambas envolvidas estão em busca de sobrepujarem a outra e, portanto, seja em um sentido mais estrito ou empregando em um nível mais amplo, ambos irão sempre procurar realizar manobras em busca de suas vitórias. Logo, devemos definir também o que caracteriza a vitória de uma manobra sobre a outra.

De acordo com Leonhard (1991):

Especificamente, a teoria da Guerra de Manobra busca o seguinte, em ordem decrescente:

1. *Preempção: a derrota ou neutralização do inimigo antes de a batalha começar;*
2. *Deslocar: tornar a força inimiga irrelevante, por remover o inimigo de seu ponto decisivo, ou – preferencialmente – removendo o ponto decisivo dele; e*
3. *Ruptura: Neutralizar o inimigo por atacar com sucesso seu centro de gravidade.* (LEONHARD, 1991, p. 79 e 80)

Assim, de acordo com ele, uma manobra se sobrepujará a outra quando conseguir preempitar² o inimigo; se isso não for possível, deslocá-lo; e por último, caso nenhum desses possa ser buscado, causar ruptura em sua força (o conceito de centro de gravidade será explicado mais adiante). Estes três conceitos são importantes pois são o foco da teoria. As causas que levam uma força a sobrepujar a outra no que tange a manobra, e todos os conceitos que serão descritos adiante são irradiados destas. Em última análise, eram o elo que faltava para a explicação de o porquê os conflitos supracitados têm em comum sua vitória: as forças vitoriosas procuraram se valer da manobra para conseguir uma vantagem decisiva sobre seu adversário, seja através de uma preempção, um deslocamento ou uma ruptura.

Observamos assim, que existe um foco humano na teoria. Não se sobrepuja uma força oponente através da manobra por executar uma operação “*by the book*”. A criatividade é fundamental, assim como a iniciativa em todos os níveis. Logo, existe um componente psicológico muito forte na teoria. Para Lind,

a meta se torna a destruição da coesão vital do inimigo – ruptura – não uma destruição física pouco-a-pouco. O objetivo é a mente do inimigo, não seu corpo. A

² Do original *to preempt*. Tal verbo não encontra tradução literal no contexto da cultura militar em português. Desta forma, o autor optou pelo uso de um neologismo para sua tradução, baseada no substantivo “preempção”.

ferramenta principal é uma força em movimento em locais inesperados e com surpreendente velocidade (apud ESTERHUYSE, 2001).

Desta forma, além de empregarmos a Guerra de Manobra, impediremos o inimigo de fazer o mesmo, “derrotando sua mente, sua moral e seu psicológico” (ESTERHUYSE, 2001, p. 3).

Com esta conceituação, podemos agora entender os princípios fundamentais de como empreender a Guerra de Manobra.

1.2. PRINCÍPIOS

Como explicado anteriormente, a Guerra de Manobra teve sua aplicação ao longo do tempo sem uma conceituação teórica, baseada somente na criatividade de grandes mestres da estratégia que buscaram se valer da manobra para conquistar uma vitória decisiva. Isto se justifica, uma vez que se mostra extremamente difícil, arriscando até ir contra os próprios princípios da GDM, definir “fórmulas”. Não existem “receitas de bolo”. Ao invés disso, a Guerra de Manobra exige comandantes criativos, que possam perceber corretamente as forças e fraquezas inimigas com o propósito de explorá-las, aproveitando suas próprias forças e protegendo suas fraquezas. Devem ser ainda capazes de ter várias opções e mudar rapidamente entre elas para aproveitar as mudanças que o cenário lhes proporciona (LIND, 1983, p. 7). Por isso é tão difícil escrever um guia de como fazer para aplicar a doutrina. Não haverá algo como “Fases da Guerra de Manobra”. Nenhuma ação é proibitiva, contanto que busque explorar algumas das metas de preempção, deslocamento, ruptura. “O esforço, portanto, não é sobre o método com o qual o objeto é alcançado, mas em alcançá-lo” (grifo meu) (ESTERHUYSE, 2001, p. 3).

Não obstante, a conceituação teórica da GDM é bastante rica. Por possuir possibilidades praticamente infinitas, ela se adapta a praticamente qualquer cenário, e, por isso, não faltam boas ferramentas que nos ajudem a compreender, e até aplicar a manobra como forma de combate.³

1.2.1. O CICLO OODA

A primeira que iremos estudar nos foi apresentada pelo Coronel John Boyd, e ficou conhecido como Teoria de Boyd, ou simplesmente Ciclo OODA.

³ Nos casos apresentados nesta seção em que for citado o Manual de Fundamentos de Fuzileiros Navais do Corpo de Fuzileiros Navais (BRASIL, 2013), será somente a título de utilização de uma tradução para o português já consolidada e posta em prática no âmbito das Forças Armadas brasileiras.

O coronel Boyd conduziu seus estudos focado nas *Dog Fights* da Guerra da Coréia, onde as forças americanas atingiram uma impressionante taxa de 10:1 de derrubada de aviões inimigos, mesmo que nas medidas convencionais, os aviões MiG-15 fossem superiores aos então utilizados F-86 americanos. No entanto, em seus estudos, percebeu que dois fatores preponderavam em favor dos americanos. O avião americano, com sua cabine em formato de bolha permitia um ângulo de visão muito superior ao MiG e sua carenagem. Além disso, o sistema hidráulico de alta performance permitia que, embora ele não fosse capaz de acelerar, realizar curvas e subir melhor do que o caça de fabricação soviética, o F-86 americano fosse capaz de realizar transições mais rápido. Desta forma, embora o desempenho não fosse melhor, os pilotos estadunidenses eram capazes de realizar mudanças sequenciais sem que os pilotos Norte Coreanos/Chineses⁴ fossem capazes de manter o ritmo de acompanhamento, os colocando em uma situação de desvantagem, e por consequência prontos para serem abatidos.

Assim, Boyd desenvolveu uma teoria de que os “conflitos podem ser vistos como uma competição no tempo de ciclos de observação-orientação-decisão-ação” (apud LIND, 1983, p. 5). Ou seja, as ações são percebidas de forma cíclica, onde as partes primeiramente observam uma mudança ocorrida no curso dos acontecimentos; a seguir se orientam, produzindo uma imagem mental da situação nova; decidem-se pela forma de conduta a ser desenvolvida; e implementam as ações decorrentes da decisão tomada; voltando a seguir para a primeira etapa (BRASIL, 2013, p. 3-1). Dessa forma, ficou denominado o Ciclo OODA, tomando as iniciais das etapas. O foco, assim, passa a ser “fazer girar” seu ciclo o mais rápido possível, enquanto impede que o inimigo faça o mesmo com o seu.

“O Ciclo de Boyd, então, passa a definir o que significa a expressão “manobra” para a Guerra de Manobra, que passa a ser a capacidade de “fazer girar” o ciclo mais rápido do que seu inimigo, fazendo-o quantas vezes for necessário para que seu adversário perca sua coesão mental, levando-o a uma derrota por não mais poder lutar como uma força organizada” (LIND, 1983, p. 6). Fica evidente aqui a “interação entre as dimensões física e psicológica da Guerra na essência da GDM” (ESTERHOUYSE, 2001, p. 3)

É por isto que o Ciclo de Boyd é a primeira ferramenta a ser apresentada: uma vez que existe a possibilidade de definir a própria essência da Guerra de Manobra através de seu conceito, quaisquer ferramentas que permitam acelerar seu *loop* são úteis para aplicar a GDM. Com isso, podemos apresentar algumas consequências diretas.

A primeira delas é que para aumentar a velocidade do ciclo, naturalmente é fundamental uma descentralização das decisões. Existe uma lógica intrínseca neste fato, uma

⁴ Como nos mostra Kissinger (2012), a China de Mao Tsé-Tung enviou tropas para combater as forças da ONU na Coréia, em virtude do receio da aproximação das tropas americanas de seu território, o que foi visto como uma ameaça à sua segurança por Mao (KISSINGER, 2012, p. 436-438). Os conflitos ocorreram principalmente no Noroeste da Coréia, na região que ficaria conhecida como “*MiG Alley*”, próxima ao Rio Yalu.

vez que, se a informação deve correr toda uma cadeia hierárquica antes de que haja a tomada de decisão para o prosseguimento da ação, o ciclo naturalmente demora mais tempo para ser completo. (LIND, 1983, p. 6).

A segunda consequência é a necessidade de não apenas superar o seu estado de confusão e desordem, mas também ser capaz de gerar desordem e confusão em seus inimigos. Podemos ressaltar a ligação direta deste aspecto com o deslocamento da tropa inimiga, uma vez que esse conceito se materializa, por exemplo, em buscar enganar o inimigo quanto ao seu ataque principal, forçando-o a movimentar suas tropas ou, pelo menos, não posicioná-las por completo onde ele ocorrerá. Outra técnica que pode propiciar isto é o *Reconnaissance-pull*, que será explicada adiante, uma vez que ela força nossa tropa a ser capaz de se adaptar a mudanças de eixo de deslocamento, ao mesmo tempo que apresenta o inimigo com uma série de possíveis eixos de progressão, gerando uma dificuldade para sua correta decisão.

Nesse contexto, como mencionado anteriormente, e resumido por Lind (1983), não há espaço para fórmulas marcadas. Se suas táticas seguem um padrão pré-definido, o inimigo poderá facilmente interromper seu ciclo OODA, caso perceba este padrão, ainda mais nos dias de hoje, com as Forças Armadas tão repletas de intercâmbio com diversas forças de outros países. Ou seja: Não se atenha a esquemas fixos; e não repita a mesma coisa duas vezes, mesmo que ela se prove extremamente profícua (LIND, 1983, p. 6 – 8).

1.2.2 OS FILTROS DE LIND

Como mostrado anteriormente, a doutrina da Guerra de Manobra não admite fórmulas e padrões. Desta forma, Lind (1983) salienta a necessidade de que o estudo da tática seja um processo de combinação de dois elementos, sejam eles: técnica (as ações que podem ser tomadas por procedimentos automáticos – como atirar com um armamento, pedir apoio de fogo, etc.) e educação (não apenas saber como fazer algo, mas saber como pensar naquele processo), através de três filtros, ou pontos de referência, que são “Tarefas por Efeito Desejado”, o “Foco do Esforço”, e a busca por “Superfícies e Brechas”; com o objetivo de produzir uma aproximação única, baseada nas especificidades de tempo, inimigo e lugar (LIND, 1983, p. 12). Ou seja, embora não existam fórmulas para o emprego da Guerra de Manobra, isso não implica em descartar as técnicas militares. Pelo contrário: o domínio completo de toda a gama de técnicas exigidas em um campo de batalha é fundamental, quando aliado ao processo educacional de saber quando as utilizar e por quê. Estes processos então passariam pelos filtros, de forma a terem um ponto de referência mental, sendo possível os modelar e guiar o pensamento em direção aos objetivos de preempção, deslocamento e ruptura.

O primeiro dos filtros, a “Tarefa por Efeito Desejado” (*Mission Type Orders*) é a chave para a descentralização inerente do Ciclo de Boyd (LIND, 1983, p. 13). “São as tarefas que explicam ‘o que fazer’, sem indicar a ação militar ou operação a ser executada. Esse tipo de tarefa permite ao subordinado liberdade de escolha da forma como a tarefa será cumprida” (BRASIL, 2006, p. 2-3). Neste caso, existe uma substituição do conceito de *controle* por um conceito mais amplo de *orientação* (grifos do autor) (LIND, 1983, p. 14). O conceito de Tarefa por Efeito Desejado é “um método de comando, no qual o Comandante (da companhia, da divisão, ...) comunica sua intenção com respeito ao inimigo, junto à missão da tropa envolvida” (LEONHARD, 1993, p. 113). Por conseguinte, observamos que existem dois conceitos fundamentais nesta definição: A intenção do Comandante e a missão propriamente dita.

A Intenção do Comandante “serve de instrumento para que seus subordinados compreendam claramente o contexto maior em que suas tarefas estão enquadradas, possibilitando-lhes o exercício da iniciativa quando uma situação inesperada ocorrer, sem que seja afetada a unidade de esforço do conjunto” (BRASIL, 2013, p. 3-6). Ou seja, a ideia de o Comandante emanar sua intenção é possibilitar uma aceleração do ciclo de Boyd, evitando que cada orientação nova implique em uma informação que tenha que circular por toda a cadeia hierárquica para obter uma resposta e gerar uma ação ao final. Ao invés disso, ela delimita um espectro de ações que, estando de acordo com a intenção, possibilitam o pleno exercício da iniciativa dos subordinados, gerando ao final um ritmo superior de rotação do ciclo OODA.

O segundo conceito fundamental é a emissão da missão baseada em efeito desejado. Essa é um “contrato de curto prazo. Uma fatia da Intenção do Comandante, pequena o suficiente para ser apropriada para a situação imediata da unidade subordinada” (LIND, 1983, p. 13). Assim, é imperativo que o Comandante expresse a missão somente com o necessário para que o subordinado a cumpra dentro de sua intenção. É necessário que ele mantenha o grau de liberdade para exercer sua iniciativa, uma vez que é a tropa que se encontra em situação e mais corretamente pode avaliar os fatores que se descortinam e, assim, traçar uma linha de ação que melhor cumpra a missão. Esse grau de liberdade que será provido depende de diversos fatores como a confiança do Comandante no subordinado, o tipo de missão, a quantidade de informações disponíveis, o ritmo que se procura impor à operação etc. Nesse aspecto (como em muitos outros), os alemães foram especialistas, até mesmo por uma questão cultural de seus exércitos. Como Robert Citino (2004) apresenta, durante as Guerras de Unificação da Alemanha, no auge das aplicações doutrinárias de Helmuth von Moltke (que será mostrado no capítulo pertinente), as ordens da tropa buscavam ser “firmes, claras e curtas”, “com frequência seus comandados faziam o que achavam correto e lhe reportavam

em seguida” e “em diversas campanhas de 1866, exércitos com mais de 100.000 homens passavam um dia ou mais sem absolutamente nenhuma ordem – uma noção incrível para nossos padrões modernos” (CITINO, 2004, p. 20). Já Lind (1983), apresenta dois outros exemplos de como a missão pode ser emitida:

Em um momento durante os combates nas Colinas de Golan, durante a Guerra de 1973 do Oriente Médio, um comandante israelense recebeu a ordem de bloquear a brigada blindada síria. E esta era toda a ordem: não os deixe passar. Em outros momentos, as ordens podem ser um pouco mais específicas e detalhadas, até onde interessa para as ações iniciais do subordinado. Um bom exemplo é o ataque a uma posição preparada. Pontos de ultrapassagem, tempo, e objetivos iniciais com frequência serão expostos, e do subordinado será esperado que cumpra as ordens. (LIND, 1983, p. 13)

A consequência direta deste tipo de doutrina é uma tolerância com o erro. O Comandante não poderá se ater à prática do “erro zero”. Deve existir uma tolerância do superior para com o subordinado que não executa as ações dentro do que ele especificamente imaginou, uma vez que esse tem liberdade de ação para executar suas manobras como melhor a situação se apresentar para ele, contanto que esteja contido na Missão e na Intenção do Comandante. E por isso, talvez, seja um filtro tão difícil de se implementar, caso o Comandante esteja acostumado à realização das ações “à sua maneira”. Como preconizado pelo *Manual de Fundamentos de Fuzileiros Navais* (2013), “é natural a ocorrência maior de erros, que, no entanto, são em muito suplantados pelas benesses da surpresa e da exploração tempestiva das oportunidades” (BRASIL, 2013, p 1-8).

O segundo filtro é o Foco do Esforço. Este “é caracterizado pelo onde, quando, de que forma e com que meios um Comandante acredita que poderá cumprir sua missão” (BRASIL, 2013, p. 3-3). Desta forma, a tropa que for ser empregada para decisivamente cumprir a missão será o Esforço Principal. Todas as demais tropas devem agir de forma a contribuir para seu sucesso, pois, em última análise, este lograr êxito implica no sucesso da força como um todo. Assim, ele “recebe a prioridade de artilharia, de fogo aéreo etc. A reserva é posicionada de forma a poder explorar seu sucesso. Suas tropas vizinhas devem se perguntar ‘o que eu posso fazer para apoiar o Esforço Principal?’” (LIND, 1983, p. 18). O Foco do Esforço é, em um sentido mais amplo, um harmonizador. É a ferramenta que permite ao Comandante ter a certeza de que todos os esforços se convergirão para o cumprimento de sua missão. Esse filtro assim, aliado ao primeiro (Tarefas por Efeito Desejado), permitem ao mesmo tempo uma convergência de esforços sem, no entanto, tolher os subordinados de iniciativa, propiciando a estes o aproveitamento de oportunidades que venham a surgir por ocasião do decorrer da ação, contanto que estas contribuam para o sucesso da missão.

Por último, o terceiro filtro seriam as Superfícies e Brechas. Esse advém da teoria do *Homem no Escuro*, do Coronel Liddel Hart (1921), onde ele busca o seu entendimento do sistema ideal de ataque ao inimigo no exemplo da Natureza, particularmente na observação de uma correnteza rio abaixo. Nela, a água constantemente encontrará resistências em diversos pontos. Quando ela encontra um obstáculo grande o suficiente, como um banco de areia ou uma represa, ela em um primeiro momento se choca contra a superfície do obstáculo com o intuito de testar seus pontos de resistência, até encontrar uma brecha, a partir de onde ela ultrapassa o obstáculo e pode espirrar para suas laterais, empurrando uma parte da areia ou da barreira que a obstrui, alargando-a, e por fim rompendo sua resistência (HART, 1921). Dessa forma, a derivação disso implica diretamente em uma técnica chamada *Reconnaissance-Pull* (*Recon-Pull*), ou “Ações Ditadas pelo Reconhecimento”. Este conceito que se opõe ao *Comand-Pull*, ou “Ações Ditadas pelo Comando”, e difere-se deste pela ação inicial. No *Recon-Pull*, cada unidade em seu devido escalão progride tendo à sua frente um elemento avançado de reconhecimento, e à medida que estes reportam as informações acerca do que se encontra à frente, os eixos de progressão são ajustados de forma a superar as superfícies e se aproveitar as brechas. No exemplo contrário, o *Comand-Pull*, o eixo de progressão é escolhido antes, por ocasião do planejamento e os elementos de reconhecimentos são mandados adiante para esclarecer e buscar informações sobre ele. Assim, caso se apresente que aquele eixo é uma superfície, ocorre um desperdício de força para movimentar sua tropa como um todo. Nesta forma de progressão, em caso de sucessivas superfícies, fica evidente que ocorrerá um atraso na rotação do Ciclo OODA, enquanto esta será otimizada caso seja utilizado o *Recon-Pull* para busca das brechas.

Lind (1983) considera esses filtros tão importantes que ele os utiliza como parte de sua própria definição de Guerra de Manobra (LIND, 1983, p.19). Nesse sentido, até este momento, temos um conceito bastante amplo da GDM, que embora não apresente uma fórmula para ser empregado, oferece diversas ferramentas para como se desenvolver o processo de raciocínio. Assim, podemos concluir que os planejamentos devem ser feitos considerando tanto técnicas quanto processos mentais, onde o método de raciocínio deve passar por três filtros de adequação (Tarefas por Efeito Desejado, Foco do Esforço e Superfícies e Brechas) de forma a proporcionar a tropa uma maior capacidade de fazer girar o Ciclo OODA e ser capaz de quebrar a coesão física e mental do inimigo, levando-o a um dos objetivos de preempção, deslocamento ou ruptura e por fim, sua derrota.

1.2.3. A CONTRIBUIÇÃO DE LEONHARD

Como mencionado anteriormente, o processo de construção da teoria da Guerra de Manobra é contínuo. Nesse sentido, Robert Leonhard em seu livro *The Art of Maneuver* faz um trabalho bastante completo de evolução histórica dos conceitos que foram importantes neste processo. Assim, uma de suas principais contribuições foi citada acima, na consolidação das metas da GDM: preempção, deslocamento e ruptura. Desenvolveremos melhor estes conceitos a seguir.

Para ele, a preempção significa basicamente “derrotar o inimigo ou desarmá-lo antes do combate” (LEONHARD, 1993, p. 19). Ou seja, executar um movimento preemptivo significa engajar o inimigo sem que ele esteja pronto. Este conceito pode ser diretamente relacionado à surpresa que é “golpear o inimigo onde, quando e de forma tal que ele não esteja preparado” (BRASIL, 2015, p. 222). Um movimento preemptivo, no entanto, é muitas das vezes um movimento arriscado, tendo em vista a atual tecnologia de vigilância, particularmente com o emprego de aeronaves. Para se conseguir o fator surpresa, em geral é necessário que uma força empregue um ritmo de avanço que quase sempre renuncia a fatores de segurança. É um movimento ousado e deve ser executado de forma resoluta em prol de se alcançar sucessos imediatos (LEONHARD, 1993, p. 66). Assim, se torna um movimento que “fornece ao Comandante os meios mais econômicos para se derrotar o inimigo, contanto que haja disposição e seja capaz de pagar o preço” (LEONHARD, 1993, p. 66). Acima de tudo, é uma ação que aumenta a fricção característica da teoria de Clausewitz⁵.

O deslocamento significa tornar a força do inimigo irrelevante, seja por fazê-lo abandoná-la, ou por não mais poder utilizá-la (LEONHARD, 1993, p. 66). Nesse sentido, existem dois tipos de deslocamento: o posicional e o funcional. O deslocamento posicional se refere a retirar uma vantagem de posição do inimigo, fazendo-o se movimentar, ou por renunciar a ela. Um exemplo de deslocamento posicional seria utilizar-se de uma técnica de envolvimento para tornar uma posição inimiga irrelevante, forçando-o a se deslocar para uma posição menos favorável, ou executar uma manobra que force o inimigo a movimentar um fator de força seu (reserva, apoio de fogo, apoio aéreo...) de forma que este não possa mais ser empregado contra o seu Esforço Principal. Já o deslocamento funcional se refere a tornar a força do inimigo inapropriada, em geral (mas não somente) por força de uma tecnologia superior (LEONHARD, 1993, p. 68). Um exemplo de deslocamento funcional é possuir uma tecnologia que lhe permita atingir o inimigo a partir de um alcance maior do que a capacidade de o mesmo lhe atingir.

⁵ Para Clausewitz, “tudo na guerra é simples, porém as coisas mais simples são difíceis. As dificuldades se acumulam, e no final produzem uma fricção que não é concebível para aqueles que nunca experimentaram a guerra”. (CLAUSEWITZ, 1976, p. 119)

Por último, a meta mais comum é a ruptura. Esta se refere ao ato de atacar o inimigo em seu Centro de Gravidade. Na doutrina atual do Brasil, que faz uma interpretação clausewitziana do conceito, “O Centro de Gravidade é uma fonte de força, poder e resistência física ou moral que confere ao contendor, em última análise, a liberdade de ação para utilizar integralmente seu Poder de Combate” (BRASIL, 2013, p. 3-2). Aqui, existe uma diferenciação entre o conceito aplicado pela doutrina brasileira e o apresentado por Leonhard. Para ele, “o centro de gravidade do inimigo é sua *vulnerabilidade crítica* (grifo meu). É aquele aspecto do inimigo cuja neutralização ou destruição paralisará suas forças” (LEONHARD, 1993, p. 73). Este conceito de vulnerabilidade crítica também está presente na atual doutrina brasileira, sendo “pontos fracos no Centro de Gravidade, que ao serem explorados, resultarão na desestabilização ou destruição do Centro de Gravidade inimigo” (BRASIL, 2013, p. 1-11). Para a grande maioria das situações de combate, os dois conceitos podem ser amplamente empregados, uma vez que logicamente, como comandante, se reconheço um fator como sendo minha fonte de força, cuja perda poderá comprometer todo o meu dispositivo, envidarei todos os esforços para que de forma alguma ela fique fragilizada e desprotegida. Nesse sentido, salvo para casos de erros analíticos por parte dos comandantes, tanto a interpretação de Leonhard, quanto a derivada dos conceitos de Clausewitz podem ser adequadamente aplicadas. Para fins da análise neste estudo, será usado o conceito clausewitziano como o empregado pelo Corpo de Fuzileiros Navais, por este ser semelhante ao do *US Army* a respeito de Guerra de Manobra. Assim, quando nos referirmos a Centro de Gravidade, estaremos fazendo alusão a um fator de força para emprego pleno do Poder de Combate, enquanto Vulnerabilidade Crítica significará o ponto fraco que desestabilizará o Centro de Gravidade.

O conceito de Centro de Gravidade para o estudo da teoria da Guerra de Manobra se torna importante pois, como nos mostra Clausewitz, “o centro de gravidade é onde se desenvolve todo centro de poder e movimento, no qual tudo depende. *Este é o ponto sobre o qual todas as nossas forças devem ser dirigidas* (grifo meu)” (CLAUSEWITZ, 1976, p. 596). Assim, retomando o conceito de ruptura, e anterior a este o de Foco do Esforço, percebemos que a essência desta meta é dirigir o nosso Esforço Principal sobre o centro de gravidade do inimigo, desta forma, levando-o a uma perda de sua coesão física e mental e, realizando um combate com possivelmente muito menos perdas do que um longo e prolongado engajamento frontal.

Outra contribuição muito importante de Leonhard foi a expansão do fundamento das Armas Combinadas. Embora não tenha sido o primeiro a pensar nesse conceito, que já aparece nos escritos de Lind (1983), ele faz uma relação do mesmo com a meta do deslocamento funcional, ou seja, tornar uma fonte de força do inimigo irrelevante. Como

mostrado anteriormente, este tipo de deslocamento é bastante dependente de tecnologia. Dessa forma, observa-se que, embora haja um foco muito grande no componente humano da Guerra, a teoria de Guerra de Manobra de forma alguma abandona a tecnologia. Isto seria uma inconsistência, uma vez que como veremos em maior profundidade adiante, ela somente foi possível de ser utilizada, em sua forma plena, pelo advento da mecanização dos exércitos. A mobilidade e o poder de fogo providos pelos blindados tornaram plena a utilização dos conceitos da GDM. Assim, ela entende a tecnologia como uma parte importante deste estilo de condução do conflito, principalmente pela componente do *fogo*, no qual em grande monta se baseia o princípio das armas combinadas. Para Lind (1983), o fogo não pode absolutamente ser desprezado, nem muito menos sua importância menosprezada. O grande diferencial da aplicação dele nesta teoria, é sua motivação: ele deve ser empregado (basicamente como todos os conceitos) de forma a apoiar a manobra para que a força se movimente e obtenha uma série de situações de perigo e vantagem sobre o inimigo.

O princípio das Armas Combinadas, então, é comumente entendido como a “integração dos meios disponíveis, gerando um efeito sinérgico (ampliação do efeito ou potencialização da ação, pela associação de armas de apoio de diversos tipos e calibres)” (BRASIL, 2013, p. 3-5). Ou seja, com as Armas Combinadas, “atingimos o inimigo com duas ou mais armas simultaneamente de forma que as ações que ele deve empreender para se proteger de uma o faça ser mais vulnerável a outra” (LIND, 1983, p. 20). Uma demonstração da aplicação deste entendimento é o uso de armas de tiro de trajetória tensa (ex: metralhadoras), combinados com armas de tiro de trajetória curva (ex: morteiros): para se defender do morteiro (que possui regulação do tiro baseada na última posição que atingiu), o alvo deve constantemente mudar de posição. No entanto, se o fizer, fica vulnerável aos tiros de metralhadora, cuja proteção é buscar uma posição abrigada dos fogos. Porém se ele se mantiver nesta posição, fica vulnerável a regulação dos tiros de morteiro novamente. Desta forma, este princípio visa tanto um dano físico quanto a quebra da coesão mental do inimigo. No entanto, Leonhard (1993) expandindo o raciocínio para sistemas de armas e naturezas de tropa, trabalha o princípio como uma dialética: Complementariedade das armas (Tese); princípio do dilema (Antítese), princípio de Alcioneu (síntese).

Na complementariedade das armas amigas, ele trabalha justamente o efeito sinérgico, onde todas elas juntas formam uma força muito maior do que cada uma atuando em separado. Por exemplo, a infantaria a pé possui a capacidade de andar furtivamente, conquistar e manter terreno e atuar em terreno restritivo. No entanto, carece de capacidade de proteção, de velocidade e poder de fogo; itens que podem ser compensados pelo uso de blindados, possuidores de todas estas características. Os pontos fracos dos blindados (barulho excessivo, vulnerabilidade a minas e em terreno fechado), por sua vez, podem ser compensados pelas

vantagens da infantaria. Desta forma, empregar estas duas tropas combinadas se mostra mais eficiente em decorrência do efeito sinérgico do que cada uma atuando em um combate separado por si só.

O princípio do dilema é o foco que o autor dá para o efeito das armas no inimigo. É basicamente a materialização psicológica do efeito sinérgico. Explica-se: com sistemas de armas complementares, o inimigo deve se deparar com um dilema, não com um problema. A diferença entre os dois é basicamente que um problema tem solução. Quando enfrenta uma tropa blindada, a tropa inimiga se depara com um problema, mas este tem solução: assumir posições que desfavoreçam o uso de blindados, para utilização de armamento anti-carro, por exemplo. Caso a tropa atacante se utilize de uma complementariedade entre blindados e infantaria, as posições desfavorecidas para os blindados podem ser atacadas pela infantaria, ficando sem combater os blindados que poderão disparar livremente contra elas. Este é o dilema: um problema sem solução. O inimigo tem que decidir não como resolvê-lo, mas como perder menos para enfrentá-lo. Desta forma, seu ciclo OODA perderá velocidade de rotação e a tropa atacante obterá a vantagem da imposição de ritmo.

O Princípio de Alcioneu⁶ é a síntese do pensamento de Leonhard no que tange o princípio das armas combinadas, e revela muito da forma como ele entende a Guerra de Manobra como um todo: ao invés de pensar no que o inimigo é capaz de fazer, devemos pensar em como fazer o inimigo realizar o que nós queremos (LEONHARD, 1993, p. 106). Assim, a síntese do princípio das armas combinadas seria empregar sistemas complementares com uma situação que desfavoreça o inimigo. Para exemplificar este pensamento, ele utiliza-se mais uma vez do exemplo dos blindados. Sua maior força se apresenta quando em campo aberto, onde podem extrair o máximo do alcance de seus poderosos armamentos ao mesmo tempo que de sua proteção blindada e velocidade. Logo, ao invés de pensar em engajá-los em seu terreno de escolha, devemos pensar em deslocá-los para um terreno restrito, onde estas vantagens encontrarão limitações, e assim engajá-los com nossas armas na melhor situação possível (LEONHARD, 1993, p. 98). Ele nos apresenta uma manifestação clara de pensamento que não está de acordo com este princípio que é, por exemplo, o investimento em armamentos anti-carro de longo alcance. Estes são feitos para engajar os blindados inimigos o mais longe possível, logo em terreno aberto, ideal para estes. De acordo com ele, ao invés disso, a força deveria se valer de armas para curtas distâncias, mais letais e que seriam utilizáveis em terreno desfavorável para os blindados (LEONHARD, 1993, p. 99 e 100). No entanto, como ele mesmo questiona: Como fazer para forçar os blindados a lutar em terreno

⁶ Alcioneu foi um monstro mitológico que Hércules enfrentou, e que possuía o dom da imortalidade enquanto estivesse em seu terreno natal. A forma como o herói grego venceu o monstro foi removendo-o à força de sua terra, retirando-lhe a vantagem marcante, e após isso, executando-o.

restrito, uma vez que o inimigo, neste caso, evitaria esta desvantagem para si? A resposta para esta pergunta exemplifica claramente o pensamento do autor: o ponto fundamental não é quantas vezes poderemos obter este cenário favorável, mas que devemos forçar o inimigo a realizar nossa vontade. O ponto fundamental da Guerra de Manobra é buscar alterar as probabilidades baseado em uma luta inteligente. Devemos sempre focar o uso das armas combinadas em forçar o inimigo para uma situação desfavorável para ele (LEONHARD, 1993, p. 104). A partir dessa ideia, ele disserta sobre seus dois corolários.

O primeiro deles é que a maior parte do tempo, as tropas estão despreparadas para o combate ou em uma situação desfavorável. Essas situações seriam as movimentações diferentes de um ataque propriamente dito. Temos como exemplos as marchas administrativas através de estradas que possibilitem maior velocidade em detrimento da segurança; embarques e desembarques, planejamentos, realização de ressuprimento, ultrapassagem de terrenos desfavoráveis, entre outras. De acordo com o princípio de Alcioneu, são nestes momentos em que se deve buscar o engajamento com o inimigo, particularmente nos momentos em que ele tiver que se deslocar por terreno restrito para ele (LEONHARD, 1993, p. 105).

O segundo corolário é que o “objetivo das armas combinadas deve ser remover do inimigo uma ou mais de suas capacidades, e em seguida se aproveitar de sua fraqueza” (LEONHARD, 1993, p. 106). Uma tropa composta por blindados e infantaria buscará se valer do efeito sinérgico de sua complementariedade. Logo, nosso esforço deverá ser de atrasar ou desabilitar os blindados dele para que engajemos a infantaria em terreno aberto; ou afetar e separar a infantaria e engajar os blindados em terreno restrito. Em suma: quando queremos engajar o inimigo em uma situação, devemos remover a complementariedade que o torna forte, e depois engajá-lo na situação mais desfavorável possível. Novamente, a pergunta não deve se basear em “por que o inimigo se colocará em situação de desvantagem”, mas “como vou forçar o inimigo a se colocar em uma situação de desvantagem”.

Assim, a maior contribuição de Leonhard (1993), no que tange o princípio das armas combinadas se manifesta com estes corolários do Princípio de Alcioneus. As armas combinadas se materializam em um sistema de armas que deve buscar engajar o inimigo de forma a retirar uma de suas capacidades marcantes, forçando-o a um deslocamento funcional, onde a capacidade que lhe sobrou deve ser colocada em uma situação desfavorável e engajada sendo derrotada da forma mais injusta possível por outro sistema de armas. O inimigo deve ser colocado em uma situação de dilema onde ele deve decidir entre buscar manter a complementariedade de sua tropa e reduzir seu ritmo do ciclo OODA, se colocando em uma situação de não combate; ou decidir por manter o ritmo e ser engajado em uma situação desfavorável por nossas armas mais adequadas a ela.

Desta forma, percebemos que as contribuições de Leonhard (1993) são importantes no sentido psicológico da Guerra de Manobra. Diferentemente de Lind que buscou ensinar a formação do pensamento através de seus filtros, ele busca mostrar quais as formas de deixar o inimigo em uma situação injusta para ele. No entanto, o melhor para o entendimento da Guerra de Manobra e sua aplicação é a busca por uma síntese destes dois pensamentos: saber tanto a forma de pensar no combate, como a de impor ao inimigo uma situação plenamente desfavorável para si.

1.3 A GUERRA DE MANOBRA E A ARTE DA GUERRA NO NÍVEL OPERACIONAL

Até agora em nosso estudo, trabalhamos as ferramentas em exemplos do nível tático de condução dos conflitos. No entanto, não é nesse nível que a Guerra de Manobra se desenvolve em sua plena forma, capaz de efetivamente fazer com que forças de menor vulto engajem aquelas mais fortes em situação de desvantagem e saiam vitoriosas. Assim, para esse entendimento, faz-se mister a compreensão do que são níveis de condução do conflito. Estes são, em ordem decrescente, os níveis político, estratégico, operacional e tático.

O nível político se refere à vontade nacional e à manifestação política da sociedade refletida no governo do Estado, a razão do Estado. Como Clausewitz (1976) escreveu

a guerra é simplesmente a continuação das ações políticas, com adição de outros meios. Nós deliberadamente usamos a frase 'com adição de outros meios' porque nós queremos deixar claro que a guerra não suspende ações políticas ou a transmuta em algo completamente diferente. É essencial que ela continue a despeito dos meios que ela empregue. A linha de progressão dos eventos militares, e aos quais eles estão restritos, são linhas políticas que continuam por toda a guerra até a paz subsequente. (CLAUSEWITZ, 1976, p. 605)

Assim, o nível mais alto que definirá todo o escopo do emprego da força militar é chamado de nível político.

A seguir, temos o nível estratégico. Esse “pode ser entendido como sendo aquele no qual, valendo-se da arte e da ciência, as Forças Armadas são empregadas para a consecução dos objetivos políticos” (BRASIL, 2013, p. 1-4). Dentro de uma perspectiva clausewitziana, então, esse seria o nível em que se inicia a tradução da vontade nacional para a força militar. É, nesse sentido, formado hoje por diversos organismos do poder público capazes desta articulação, como os Ministérios da Defesa, os Comandos de Força Militar, Conselhos do Poder Executivo, Conselhos do Poder Legislativo etc. O ponto fundamental é que o nível estratégico é o responsável por resolver, quando em conflito, os objetivos dos Teatros de Operações (TO), ou Objetivos Operacionais (LEONHARD, 1993, p. 8). Assim, as operações militares se ligam ao nível estratégico por estarem subordinadas aos seus objetivos.

O nível operacional, que será o objeto do estudo desta seção, é o nível das Campanhas Militares. É aquele que define como as forças serão empregadas no TO de forma a alcançar os objetivos estratégicos. É nesse nível que a maior parte da teoria da Guerra de Manobra será aplicada (LEONHARD, 1993, p.8), uma vez que “representa a interface entre a estratégia e a tática, sem a qual esta última não resultaria em um conjunto harmônico de ações.” (BRASIL, 2013, p. 1-4). Para melhor entendimento da conexão entre a arte operacional e a Guerra de Manobra, primeiro explicaremos a seguir o nível tático, para terminar a fundamentação dos níveis de condução do conflito.

Por último, então, de acordo com Leonhard (1993), o nível tático é o nível das batalhas e engajamentos, sendo as batalhas os combates exercidos por níveis de divisão ou maiores, enquanto os engajamentos, os níveis de brigada para baixo (LEONHARD, 1993, p. 9). É o emprego pleno das capacidades das forças envolvidas, traduzidas em seus meios de combate. É no nível tático, segundo Esterhuyse (2001) que as teorias de Manobra e Atrito se complementam, sendo a Manobra traduzida através da mobilidade em busca de posição vantajosa, enquanto o Atrito, através do fogo (ESTERHUYSE, 2001, p. 5).

Uma vez consolidados esses conceitos, podemos então buscar entender a relação da Guerra de Manobra com a arte operacional. Primeiramente, precisamos entender o porquê seria uma “arte”. De acordo com Citino (2004), “em nenhum outro nível, a criatividade do Comandante (ou falta dela) possui tanta influência sobre o resultado. Táticas e planejamentos estratégicos são ciências. Guerra no nível operacional é arte.” (CITINO, 2004, p. 8). Tudo depende de como ele (o Comandante) irá decidir empregar sua força. A quantidade de engajamentos que a força se envolverá, o ritmo de movimentação, o uso de suprimentos, tudo depende da vontade dele e seu entendimento de como perseguirá os objetivos estratégicos traçados. No nível tático, diversos fatores podem restringir a implementação das ideias do Comandante, como demonstrado no primeiro corolário do Princípio de Alcioneus. Mas no nível operacional, eles têm menos influência pelo tamanho das forças e espaços envolvidos. Nesse nível, a batalha deve ser entendida como um componente do caminho para se alcançar o objetivo estratégico. Faz parte da habilidade do Comandante saber quando engajar em uma batalha ou evitá-la, quando aproveitar um êxito, se recuperar de uma derrota ou empregar uma finta. Tudo gira em torno de sua compreensão acerca do espaço de batalha, alinhado com a determinação advinda dos níveis político-estratégicos, desta forma, não havendo uma forma padronizada de se empreender uma campanha. Sendo assim, evidencia-se que a Campanha de nível operacional é uma arte, não uma ciência.

Percebemos então, que possuindo quase completa liberdade de decidir como empreender os combates, é no nível operacional que, primariamente, será definido se a campanha se revestirá de uma característica de Manobra ou de Atrito. É neste nível que

alguns dos principais conceitos da GDM se manifestam em sua forma mais pura. Tomemos como exemplo o Centro de Gravidade. Quanto mais baixo o escalão a ser avaliado, maior a tendência que esse se configure em uma tropa. Poucas são as possibilidades, por exemplo, de um Batalhão derrubar uma vulnerabilidade crítica que abale um centro de poder e coesão mental de todo um exército, salvo talvez em operações de incursão. É no nível operacional que se pode definir centros de gravidade desse tipo. É daí que tiramos uma das lições mais importantes de correlação entre a arte operacional e a Guerra de Manobra: é fundamental para um Comandante a compreensão de qual é o Centro de Gravidade e o Esforço Principal, pois a partir disso, ele pode com sucesso definir quais batalhas engajar e quais evitar. A falta de clareza com relação a esses conceitos naturalmente se configura em uma sequência de batalhas prolongadas, dispendiosas, e com foco no Atrito. E é justamente essa a dificuldade dos exércitos em empregarem claramente a GDM.

Muito embora o conceito do nível operacional se faça presente na maior parte dos exércitos, existe uma grande dificuldade de compreensão das ações nesse nível. Como consequência direta da necessidade de criatividade dos comandantes, e uma falta de estímulo a isso nas posições anteriores que o militar ocupou, a tendência lógica é que ele passe a enxergar a arte operacional como uma série de batalhas em sequência, e não necessariamente relacionadas. Não pode haver compreensão menos acertada, em termos de Guerra de Manobra. Quando se pensa dessa forma, naturalmente toma-se as mesmas como o ponto mais importante do conflito como um todo, e a busca por elas como o foco da campanha. Consequentemente, retorna-se ao ponto apresentado anteriormente: a falta de clareza de um Foco do Esforço, que culmina em uma prevalência da Guerra de Atrito, e combates mais prolongados e dispendiosos. Para se focar na GDM, é necessário que não somente se compreenda esse nível como uma série de batalhas. É preciso que saiba quais devidamente engajar, quais evitar, como superar derrotas, e principalmente, como aproveitar seus resultados (LEONHARD, 1993, p. 5-6).

Obviamente, mesmo quando o inimigo vence uma batalha, ele dispendeu valiosos recursos (homens, munição, combustível, tempo...) que ele, por consequência não irá mais poder aproveitar em outro lugar. Em essência, ele transformou energia potencial em energia cinética, e um Comandante operacional buscará utilizar esta perda de energia em sua vantagem (LEONHARD, 1993, p. 10)

Além disso, outro ponto fundamental para a arte operacional, que deriva diretamente dessa necessidade de definição do Foco do Esforço, é o pleno alcance das metas da GDM. É no contexto operacional que o Comandante pode se valer plenamente da busca pelas metas de preempção, deslocamento e ruptura. Em geral, os dois primeiros são característicos do nível operacional.

No nível tático, enquadrados em movimentações de tropas do tamanho de divisões, dificilmente uma força conseguirá atingir o inimigo antes que este esteja pronto para a batalha; enquanto em um pensamento operacional, valendo-se do movimento e de um ritmo acelerado, um Comandante pode empregar a manobra para engajar o inimigo em situações antes que ele tenha condições para se preparar.

O mesmo pode ser aplicado para o deslocamento. Dificilmente um inimigo mudará completamente sua posição por uma movimentação no nível tático, embora ainda o seja possível. Já no nível operacional, uma manobra que opte pelo uso da mobilidade para realizar, por exemplo, um envolvimento, irá forçar grandes movimentações inimigas para se contrapor. Os maiores exemplos históricos, incluindo os que serão estudados neste trabalho, valeram-se de manobras deste tipo e geraram deslocamentos no inimigo, que levaram a uma das causas de suas vitórias.

Particularmente nesta meta, no que tange o princípio das armas combinadas referido anteriormente no pensamento de Leonhard como sua antítese (princípio do dilema), é plena a sua aplicação. Os sistemas de armas, bem como suas manobras, devem ser amplamente empregados de forma a causar dilemas no inimigo. Utilizar fogos de longo alcance (artilharias, bombardeio aéreo) pouco surte efeito no inimigo, caso empregados individualmente. Eles apresentarão um problema para o inimigo. Esses devem ser amplamente empregados combinados com movimentação de tropas no terreno, de forma a não permitir que o inimigo resolva o problema, se enquadrando em um dilema. Esse princípio demanda uma utilização do pensamento em nível operacional, do contrário, as tropas estarão prontas para os pequenos combates, e basicamente assumirão as características para vencê-los, não conseguindo forçar o inimigo a um deslocamento, que como demonstrou Leonhard pelo Princípio de Alcioneu, é o fundamento das armas combinadas.

Logo, concluindo, como disse Citino (2004),

Comandantes operacionais devem fazer mais do que simplesmente reunir exércitos, divisões e marchar na direção geral do seu inimigo. Ao invés disso, ele deve ter um resultado em mente no início da operação que envolva a destruição de uma porção considerável da capacidade de combate inimiga (CITINO, 2004, p. 8)

É sua tarefa guiar sua tropa em direção aos objetivos traçados no nível estratégico. No entanto, não é uma tarefa fácil, caso não haja uma estrutura de pensamento adequada para tal. Como disse o Col. Michael D. Wyly, do USMC

Táticas sem estratégia são perigosas. (...) As batalhas erradas, sejam vitórias ou derrotas, ocupam recursos humanos e materiais valiosos que poderiam ser empregados em outro lugar.

Generais, afinal, são ex-tenentes. Mas deve haver mais do que antiguidade (...) para ser um bom general. Deve haver uma vida de estudos. (...) É uma ilusão achar que podemos pegar um tático, comandante de batalhão, por exemplo, “adicionar água” o mandando para uma instituição de ensino de guerra e – voila! – obtermos um general (apud LEONHARD, 1993, p. 13).

Dessa forma, é fundamental termos Comandantes que pensam mais do que taticamente, não obstante este trabalho não ser fácil. Desde os menores graus hierárquicos, os oficiais devem ser doutrinados a pensar de forma operacional, pensando em uma intenção mais ampla, de forma a este nível ter uma prevalência na condução do combate, se for a intenção a aplicação da GDM como doutrina da força, para que ela possa com sucesso empregar esses conceitos, e ser profícua na arte de seu emprego.

Ou seja, a arte operacional pode estar diretamente ligada aos conceitos de Guerra de Manobra, da mesma forma que poderá estar ligada aos conceitos da Guerra de Atrito. Caberá ao Comandante das forças, quando no amplo emprego de sua capacidade de decisão e planejamento, resolver como a empregará. Assim, caso opte pela condução do conflito pautado nos conceitos da GDM, é no nível operacional que todos os conceitos apresentados devem ser amplamente observados. É nesse âmbito que o Comandante terá a mais plena capacidade de empregar a manobra. E este estudo de agora em diante, buscará avaliar se estes conceitos, aplicados a casos históricos do século XX, com meio século de distância entre si, mostraram-se válidos.

CAPÍTULO II – A WEHRMACHT – AS CAMPANHAS DA FRANÇA E DE CRETA

É praticamente impossível um estudo sobre quaisquer pontos de estratégia e defesa, sem passar pela II Guerra Mundial. Não somente pelo banho de sangue, cujos cálculos somam entre 40 e 70 milhões de mortos⁷, mas também pelas diversas inovações no ramo das artes militares - sejam tecnológicas, sejam doutrinárias - que levaram a esse número assombroso.

Seria muito difícil, então, realizar um estudo doutrinário sem avaliar a assombrosa máquina de Guerra que causou pânico por muito tempo por toda Europa, cujo traçado, tanto para o sucesso quanto para sua derrocada, estava em grande monta concentrado nas mãos de um homem: Adolf Hitler.

Fazendo uma análise à luz dos níveis de condução do conflito previamente apresentados neste estudo, a influência de Hitler permeava todos eles. Comandava o nível político como chefe de Estado, mas não se abstinha de definir e controlar os objetivos estratégicos, e até mesmo exercendo comando e controle sobre o nível operacional. Não há, desta forma, como avaliar qualquer quesito de participação da Alemanha na II GM sem levar em consideração os condicionantes ditados pelos rumos traçados pelo seu *Führer*.

Suas apostas ousadas nos momentos anteriores à eclosão do conflito, desde a quebra das cláusulas do Tratado de Locarno, a invasão da Renânia, até a invasão da Tchecoslováquia, por mais que causassem controvérsia entre seus generais, levaram a Alemanha a uma posição privilegiada na IIGM, particularmente até sua derrocada na Operação Barbarossa⁸. Da mesma forma, seu dirigismo dentro da forma de condução da guerra, após o seu início, teve grande parcela de culpa em sua derrocada. Nesse diapasão, analisaremos a seguir os condicionantes conjunturais dos níveis político e estratégico que influenciaram na aplicação da *Blitzkrieg*.

2.1. CONTEXTO HISTÓRICO – OS FATORES CONDICIONANTES DO ÂMBITO POLÍTICO-ESTRATÉGICO

Como demonstrado anteriormente, não há como avaliar o contexto histórico e os condicionantes sem avaliar a pessoa responsável em grande monta pela condução da Alemanha de forma totalitária naquele período: Adolf Hitler. Não somente a maioria dos

⁷ Fonte: <http://necrometrics.com/20c5m.htm#Second>

Neste site, o autor Matthew White apresenta um apanhado de autores que fazem cálculos do número de mortos entre civis e militares, oscilando entre uma média de 50 milhões.

⁸ A Operação Barbarossa é o codinome de planejamento para a invasão da URSS pela Alemanha na IIGM.

condicionantes político-estratégicos foram impostos por ele, desde que escreveu seus pensamentos no famoso livro *Mein Kampf*, e os colocou em prática após a chegada ao poder; como suas ações frente a Alemanha, combinadas com a falta de ações das potências vencedoras da IGM, basicamente formaram o contexto histórico daquele momento na Europa. No entanto, o estudo não focará em uma revisão histórica do período. Nos focaremos em analisar os condicionantes que tiveram influência decisiva sobre a forma de empreender a Guerra, conforme desenvolvida e empregada pela Alemanha da IIGM. Quais sejam: a superação da condicionante militar do Tratado de Versalhes, a necessidade de vitórias rápidas para ampliação do espaço vital alemão, e o dilema de segurança alemão. Iniciaremos nosso estudo esmiuçando-as a seguir.

O Tratado de Versalhes, imposto à Alemanha pelas potências vencedoras da Primeira Guerra, era no mínimo contraditório.

Punitivo demais para a conciliação e por demais tolerante para impedir que a Alemanha se recuperasse, o Tratado de Versalhes condenou as democracias exauridas à vigilância permanente, e à necessidade de ações constantes contra uma Alemanha revisionista e irreconciliável. (KISSINGER, 2012, p. 212)

O tratado colocava a culpa da Primeira Guerra na Alemanha, impondo severas perdas territoriais, financeiras e militares. “As cláusulas econômicas do Tratado foram malévolas e tolas, a tal ponto que se tornaram obviamente inúteis. A Alemanha foi condenada a pagar indenizações de guerra numa escala fabulosa” (CHURCHILL, 2017, p. 16), além de abrir mão de 13% de seu território de antes da Guerra, o que incluía ricas porções, que a davam sustentação econômica. Impunha uma severa restrição militar às Forças Armadas alemãs.

De acordo com seu artigo 160,

O número do efetivo no exército dos Estados constituintes da Alemanha não deve exceder cem mil homens, incluindo oficiais e reservistas. O exército deve ser voltado exclusivamente para manutenção da ordem interna e controle de fronteiras. (VERSALHES, 1920)

Além disso, não poderia organizar suas forças em mais de dois exércitos de combate, bem como uma restrição enorme em sua marinha, e a proibição de possuir armas de caráter ofensivo. No entanto, não obstante todos esses fatores, segundo Churchill (2017),

Até o ano de 1934, o poder dos vencedores continuou incontestado na Europa e, a rigor, no mundo inteiro. Não houve um só momento, nesses 16 anos, em que os três ex-aliados, ou até a Inglaterra e a França com seus associados na Europa, não pudessem controlar (...) o poder armado da Alemanha. (CHURCHILL, 2017, p. 19)

Apesar disso, o mundo muda em 1929, com o *crash* da Bolsa de Valores de Nova York. Tal fato, ao mergulhar o mundo em uma Grande Depressão, expõe as fragilidades do Tratado. Segundo Kissinger (2012), essa nova situação revelou que o tratado teria nascido morto, uma vez que além das contradições e o sentimento de revolta que ele criava no povo alemão, os países que deveriam policiar para garantir que a Alemanha o cumpriria se encontravam a partir de então esgotados e com pouca tendência a fazê-lo (KISSINGER, 2012, p. 215-218).

Assim, em 1934 sobe ao poder Adolf Hitler. Como disse Churchill (2017), seu livro *Mein Kampf* era o livro que deveria ser estudado por todos os governantes políticos e militares dos países aliados, por constar de todas as informações necessárias de sua filosofia política. Sua vontade de fazer a Alemanha ser grande novamente, seu anti-comunismo, o homem como um animal de luta. Era óbvio então que dentro em breve, as restrições do Tratado seriam desrespeitadas. (CHURCHILL, 2017, p. 19)

No entanto, não seria de fato algo novo. Secretamente, alguns preceitos do desarmamento já vinham sendo paulatinamente desrespeitados, motivados pelos setores mais nacionalistas do alto generalato do exército alemão. De acordo com o Marechal von Hindenburg, em 1926, enquanto conduzia uma inspeção em manobra do exército alemão: “Hoje vi que o padrão do espírito e da técnica do exército alemão foram preservados” (apud KISSINGER, 2012, p. 253). Por esta razão principalmente, a expansão do exército alemão que encontrou gás após 1934, foi basicamente material. Sua doutrina continuava extremamente solidificada. E nesse sentido, os anseios militares de Hitler foram ao encontro do espírito de suas Forças Armadas.

Essa expansão fica exposta pelos dados colhidos por Churchill “em 1938-39, os gastos militares ingleses de todos os tipos atingiram 304 milhões de libras esterlinas. Enquanto os da Alemanha foram de pelo menos 1,5 bilhão de libras” (CHURCHILL, 2017, p. 114). Reiteradamente, a partir de sua chegada ao poder Hitler ignorou cláusulas de Versalhes, como o limite de construção de navios, o alistamento obrigatório e a reabertura da Escola de Estado-Maior. Em 1935, seus efetivos já chegavam a setecentos mil homens.

A “técnica do exército alemão” a que se referiu Hindenburg é justamente a que veio a dar sustentação para, após o crescimento das divisões *Panzer* e com a combinação da *Luftwaffe*, a implementação da conhecida *Blitzkrieg*, da qual trataremos mais à frente. A maior dificuldade para emprego das Forças Armadas em situação de conflito não é somente possuir os números, mas adestrá-los corretamente. Neste sentido, “a tarefa dos alemães nos anos 1920-1930 não era ‘inventar’ algo novo. Era meramente retornar ao seu frutífero caminho da *bewegungskrieg* (Guerra de Movimento em campo aberto)” (CITINO, 2004, p. 20). Logo, isto tornou possível que um exército que obteve sua primeira convocação em 1935, em 1940 se apresentasse como extremamente eficiente.

Outra condicionante político-estratégico era o conceito de espaço vital alemão e sua necessidade de expansão, tendo por consequência, a necessidade de vitórias rápidas. O espaço vital, ou *Lebensraum*, é um conceito importado da biogeografia por Friedrich Ratzel, onde um Estado, como um ser orgânico, à medida que cresce, necessita de recursos naturais para garantir a expansão de seu povo. De acordo com Ratzel,

um povo regride quando perde território. Ele pode contar com menos cidadãos e conservar ainda muito solidamente o território onde se encontram suas fontes de vida. Mas se seu território se reduz, é, de uma maneira geral, o começo do fim (apud COSTA, 1992, p. 40)

Este conceito, que chega ao acesso de Hitler após os estudos de Kjellen e particularmente de Haushofer, fica expresso na sua obra, *Mein Kampf*, como nos apresenta Itaussu (1999), “Primeiro a Alemanha deve aniquilar a França no ocidente e só depois voltar-se em direção ao leste para conquistar e colonizar a Europa Oriental. Era dos territórios do leste que os alemães deveriam buscar o *Lebensraum* para construir o Reich de mil anos da raça ariana” (ITAUSSU, 1999, p. 84).

O que a Alemanha precisava era de um aumento territorial na Europa. (...) A Alemanha deveria buscar sua expansão na Rússia, e especialmente, nos países bálticos. (...) Esses eram os ‘pilares de granito’ da política de Hitler (CHURCHILL, 2017, p. 31).

Os desejos expansionistas do *Führer*, portanto, não eram novidade. Decerto sua ampliação de espaço vital ocorreria, e ele soube comungar isto com instrumentalização dos preceitos do Tratado de Versalhes, como autodeterminação dos povos, o equilíbrio de poder em virtude da diferença entre os países armados e a Alemanha desarmadas, e o emprego da *Blitzkrieg*.

Nesse sentido, era fundamental o processo de expansão veloz. Além de razões ligadas a própria aquisição de recursos necessários para continuar movimentando a máquina alemã, à medida que ela expandia sua indústria; Hitler ainda acreditava que possuía uma premência de tempo. De acordo com Kissinger (2012), ele cria que, em virtude de seu histórico médico familiar, possuiria uma vida curta. E tinha tanta certeza em suas capacidades serem extraordinárias, que julgava ser imperativo realizar todas as suas ações para completar o destino da Alemanha no menor período possível (KISSINGER, 2012, p. 265). Nesse diapasão, a doutrina da *Wehrmacht* apresentava o que o *Führer* precisava, que fica expresso na forma como os alemães pensam guerra desde o século 19, com Helmuth von Moltke e Alfred von Schlieffen: “Eles ensinavam e praticavam um modo de guerra ofensiva que adaptou à era industrial o conceito de Napoleão de buscar uma rápida decisão através da

batalha, e na batalha, buscar a destruição do inimigo” (ROTHERBERG, 1986, p. 296). Esses pensadores, que como veremos na próxima seção, são basilares para a compreensão da doutrina de guerra alemã, já apresentavam um conceito de uma batalha rápida e decisiva de forma a destruir o inimigo, em seus pensamentos no final do século XIX, bem antes até mesmo da execução da Primeira Guerra Mundial.

Com isso, era possível a busca pela batalha decisiva no menor tempo possível, auxiliando Hitler a atingir sua expansão do espaço vital em um curto espaço temporal.

Por último, há de se analisar as articulações em torno de resolver o dilema da batalha em duas frentes alemã. Historicamente, a luta em duas frentes sempre foi uma preocupação alemã. De um lado, a poderosa Rússia; de outro, a potência vizinha França. Como disse Churchill (2017), “Hitler não poderia nem dar-se ao luxo de uma Guerra em duas frentes, que ele mesmo tanto havia condenado, nem sustar uma parada súbita. Foi uma pena não tê-lo colocado nesta posição, que bem poderia ter-lhe custado a vida.” (CHURCHILL, 2017, p. 124). Era objetivo de Hitler, portanto, utilizar-se do método de “um de cada vez”. E neste contexto, a *bewegungskrieg*, dentro do escopo apresentado anteriormente por Citino (2004), era importantíssima.

A intenção de Hitler atacar a França era nítida. Ele somente enxergava como possíveis aliadas da Alemanha a Itália e Inglaterra, devendo dominar todo o resto. Além disso, a Rússia e a Europa Oriental se apresentavam como sua expansão do *lebensraum* fundamental em sua doutrina. No entanto, esse problema se resolveu muito por um fracasso da política externa dos países aliados capitaneados pela Inglaterra, e pelo jogo de interesses de Stálin, que ao assinar o pacto Nazi-Soviético proporcionou a Hitler o contexto que ele precisava. “Quando Stálin livrou Hitler da apreensão de uma Guerra em duas frentes, deveria saber que tornara inevitável uma Guerra geral” (KISSINGER, 2012, p. 309). Churchill também ressalta

Os antagonismos entre os dois impérios e sistemas eram mortais. Stalin, sem dúvida, achou que Hitler seria um inimigo menos mortífero para a Rússia depois de um ano de guerra com as nações ocidentais. Hitler seguiu seu método de “um de cada vez”. O fato de tal acordo ter sido possível assinala o auge do fracasso da política externa e da diplomacia inglesa e francesa ao longo desses anos (CHURCHILL, 2017, p. 217)

Assim, Hitler teve caminho livre para invadir a Polônia, mesmo que em sua cabeça fosse uma probabilidade baixa de os aliados de fato declararem Guerra após tantos anos de concessões a seus planos. Mas na baixa probabilidade de isso acontecer, ele se deteria a uma Guerra somente no front ocidental - pelo menos por ora. Essa batalha deveria ser travada de forma rápida e decisiva, para que finalmente pudesse se voltar para seu verdadeiro objetivo, que era seu espaço vital no Leste.

Percebemos assim, que diversas condicionantes do contexto político-estratégico alemão iam ao encontro aos preceitos da *Blitzkrieg*, e faziam-na o instrumento ideal para que o exército alemão fosse a ferramenta para que Hitler buscasse concretizar suas ambições. A seguir, então, nos deteremos em explicar o que era de fato a *Blitzkrieg*, e sua relação com a Guerra de Manobra.

2.2 A DOCTRINA ALEMÃ E A GUERRA DE MANOBRA – A *BLITZKRIEG*

Entender a *Blitzkrieg* e a forma da *Wehrmacht* empreender a guerra não é um passo simples. Principalmente porque para os próprios alemães, não o foi. O desenvolvimento da doutrina alemã não se deu às vésperas da IIGM com um *insight* brilhante de uma mente militar germânica. Na verdade, como nos mostra Murray (2001), por mais que para os franceses e britânicos a Alemanha tenha desenvolvido uma forma de guerra revolucionária, para os próprios alemães, ela simplesmente foi uma continuidade da evolução de conceitos que tinham origem na própria forma de se empreender a guerra na IGM. Havia muito mais comprometimento ideológico dos soldados alemães com o combate do que lampejos de habilidade ou inovações táticas e operacionais (MURRAY, 2001).

A doutrina empregada pelos alemães é frequentemente definida como

formações emassadas de tanques (Panzers) altamente móveis, trabalhando em cooperação com a Força Aérea (Luftwaffe), se provou não somente capaz de romper através de posições inimigas estáticas no nível tático, mas sustentar seu avanço operacional em campo aberto, movendo-se vastas distâncias diariamente, ligando-se profundamente atrás das linhas inimigas, e a partir disso prendendo e destruindo formações inimigas em grandes batalhas de envolvimento (CITINO, 2004, p. 5)

No entanto, sua sustentação é muito maior do que isto. Envolve uma cultura militar. O próprio Citino (2004) nos mostra que o pensamento alemão não é fácil de copiar, pois advém de um meio intelectual único. Para conseguir tal proeza, não basta copiar a combinação “apoio aéreo aproximado-blindado-infantaria”. Ter-se-ia que “pensar igual ao alemão”, fato que para qualquer pessoa séria poderia ser risível (CITINO, 2004, p. 34). Para entender um pouco do que é a doutrina alemã, primeiro olharemos o prisma de seu raciocínio mais amplo: seu pensamento operacional.

O pensamento operacional alemão advém de seus grandes pensadores, como Frederico, o Grande; Carl von Clausewitz, Helmuth von Moltke e Alfred von Schlieffen. Aqui, no entanto, nos ateremos ao estudo do pensamento operacional de Moltke. Esse foi um dos grandes responsáveis pela formulação e emprego da força alemã desde a guerra Franco-Prussiana (1870-1871) até a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Para Citino (2004), os

alemães já enxergavam o nível operacional como o principal em um combate, principalmente por sua posição desfavorável no centro da Europa, cercada por possíveis inimigos. Em uma guerra em duas frentes, a Alemanha não poderia se dar ao luxo de engajar-se em um combate pautado em longas batalhas de atrito, nem muito menos imaginar o combate como uma série delas. Era necessário que a manobra fosse rápida em busca de uma vitória decisiva. (CITINO, 2004, p. 20). Desde Moltke, como nos apresenta Rothemberg (1986), a doutrina já era de pensar na guerra como uma arte, onde de forma alguma poder-se-ia substituir a genialidade pela normatização (ROTHERMBERG, 1986, p. 299), uma vez que a doutrina alemã derivava de Clausewitz, e a fricção inerente ao combate, conforme já apresentada no capítulo anterior. Dessa forma, seguir uma tentativa de normatização, poderia levar a um tipo de estagnação que a Alemanha não poderia se dar ao luxo, face seu dilema de segurança.

Nesse sentido, como nos mostra Rothemberg (1986), Moltke pensa no “envolvimento estratégico”, onde ele buscava realizar a concentração de suas forças iniciais, e subsequente fusão de requisitos operacionais e táticos, valendo-se de linhas interiores e exteriores de operações⁹ para envolver o inimigo em um “bolsão” (*kessel*) de forma a obter uma vitória decisiva (*kesselschlacht*) (ROTHERMBERG, 1986, p. 299-300).

A doutrina operacional da *Wehrmacht*, portanto, advém de uma evolução de praticamente 100 anos. De acordo com Citino (2004), os generais eram cobrados por sua criatividade. Pensar em termos táticos poderia resultar em vitórias locais, mas não na vitória decisiva que a Alemanha precisava. Assim, embora a doutrina preconizasse a existência da “Guerra estática” (*Stellungskrieg*) e da “Guerra Móvel” (*Bewegungskrieg*), a primeira se apresentava como uma batalha mecânica, sangrenta e tediosa, que deveria ser evitada por dar poucas oportunidades do General usar de sua criatividade e exercer todo seu potencial. A doutrina alemã, neste sentido, não inventou nada quando operacionalizada no entreguerras, e posta em prática pela *Wehrmacht*. Ela simplesmente pôs em prática os conceitos da *Bewegungskrieg* (CITINO, 2004, p. 20).

Entendendo assim o aspecto operacional da doutrina, devemos estudar a operacionalização dela, que de fato a torna complicada. Para isto, seria necessária uma ação altamente descentralizada, de ritmo intenso, dotada de alta mobilidade, e que se não fosse executada corretamente, poderia comprometer toda a manobra. Para fazer frente aos desafios necessários os alemães incrementaram ao longo do tempo sua doutrina com os conceitos de

⁹ Para Antoine Henri Jomini (1862), Linhas Interiores de Operação são “aquelas adotadas por um ou dois exércitos, para se oporem a vários corpos hostis, tendo uma direção tal que o general pode concentrar suas massas e manobrar com toda sua força em um período mais curto de tempo que o demandado por seu inimigo para se opor a elas”. Já Linhas Exteriores de Operação são “o resultado oposto, e são formadas por exércitos que operam simultaneamente em ambos os flancos do inimigo, ou contra várias de suas massas” (JOMINI, 1862, p. 102).

Auftragstaktik, *Schwerpunkt* e a plena utilização do princípio de Armas Combinadas. Todos esses conceitos foram tornados plenamente possíveis e aptos a serem utilizados na IIGM após também o surgimento e implementação do rádio nos *Funkübung* (exercícios de rádio).

A *Auftragstaktik*, ou *Mission Tactics*, é a forma alemã de comando e controle que tem suas origens na doutrina de Von Moltke. Assim como Clausewitz, Moltke entendia que a fricção presente na guerra dificultaria sobremaneira aos comandantes manterem o controle sobre suas tropas. “Sistemas rígidos eram um anátema para Moltke, que acreditava que não existe certeza na guerra” (ROTHERBERG, 1983, p. 299) e “nenhum planejamento sobrevive ao primeiro contato com o corpo principal (de uma tropa)” (ROTHERBERG, 1983, p. 299). Nesse diapasão, para superar tal problema, a doutrina alemã prega uma forma altamente descentralizada de comando e controle, preconizando um baixo fluxo de ordens para baixo, poucas informações para cima e alta iniciativa dos comandantes subordinados. “O Comandante imagina a missão (*auftrag*), mas deixa o método e os meios de atingi-la para o oficial no terreno. Não havia necessidade para longas e complicadas ordens” (CITINO, 2004, p. 18). Podemos observar assim, que o conceito de *auftragstaktik* remete diretamente ao filtro de Lind do Tarefas por Efeito Desejado (*Mission-Type Orders*).

O segundo conceito, *Schwerpunkt*, é um conceito derivado diretamente da doutrina de Clausewitz, e seu conceito de utilizar todas as forças no centro de gravidade do inimigo. Segundo Leonhard (1993), “originalmente se tratava do ponto nas linhas inimigas onde o ataque deveria focar para conseguir uma quebra do dispositivo” (LEONHARD, 1993, p. 51). Já para Lind, em uma concepção mais moderna, “é onde o Comandante acredita que pode alcançar a decisão, e a traduz em uma unidade” (LIND, 1985, p. 17). O *Schwerpunkt* alemão, então, se relaciona diretamente ao Foco do Esforço, apresentado como o segundo filtro de Lind.

Aqui cabe um destaque: a união destes dois conceitos é fundamental para o emprego da arte operacional alemã: eles permitiam intensos aproveitamentos do êxito (*exploitation*¹⁰). Como foi apresentado anteriormente, estes dois conceitos, que encontram relação com a Tarefa por Efeito Desejado e Foco do Esforço, expressos nos filtros de Lind, e que foi mostrado que possibilitam uma convergência de ações, foram fundamentais para a doutrina alemã do aproveitamento do êxito, uma vez que sabendo qual a Intenção do Comandante, a Missão, o Esforço Principal e o Centro de Gravidade, o subordinado não precisa aguardar por ordens superiores para tomar a iniciativa e impor seu ritmo sobre o adversário, aproveitando sempre que possível as quebras dos dispositivos inimigos. Essa forma de pensar a guerra

¹⁰ A Tradução literal de *exploitation* seria “exploração”. No entanto, no âmbito das Forças Armadas, este conceito é conhecido como Aproveitamento do Êxito, e por isto, esta será a expressão utilizada.

baseada na exploração dos sucessos foi tão importante para os alemães que mesmo antes de o exército possuir um tanque sequer (em virtude das restrições do Tratado de Versalhes), seu manual de operações (*Truppenführung*) já imaginava a forma como os utilizaria para tal, preconizando-os como “uma arma vital para o aproveitamento das quebras do dispositivo inimigo: ‘como regra, os tanques são comprometidos com o ataque onde há a procura pela decisão’” (MURRAY, 2001, p. 159).

O conceito das Armas Combinadas, já apresentado anteriormente na seção sobre Leonhard, para a doutrina alemã tem muito a ver com a forma dos mesmos pensarem. Como nos mostra Citino (2004), os alemães não se deixaram levar por supostas promessas de milagrosas armas ou doutrinas, que foram particularmente frequentes no entreguerras. Na verdade, não obstante as restrições do Tratado de Versalhes, o armamento mais importante dos alemães não lhes foi retirado: seu pensamento. A doutrina alemã continuou a se movimentar durante esse período, se adaptando às novas realidades mesmo algumas vezes não possuindo formas de obter os meios que nela se apresentavam. Nesse escopo, a doutrina das armas combinadas é o maior exemplo. Como dito anteriormente, mesmo sem possuir tanques em seu exército, já se estudava a forma de utilização deles, como meio principal de exploração do sucesso. Pouco tempo após posta em prática, não só eles perceberam que a teoria deu certo, como encorporaram mais ainda suas formações *panzer*. O mesmo aconteceu com a aviação, que passa a ter o papel de apoio aéreo aproximado após a “experiência na Guerra Civil Espanhola que forçou os alemães a reinventarem as táticas e procedimentos do apoio aéreo aproximado para auxiliar a infantaria a quebrar o dispositivo inimigo” (MURRAY, 2001, p. 163). Assim, forma-se a concepção de “armas combinadas para os alemães: *panzers* trabalhando em cooperação com poder aéreo tático, infantaria móvel, artilharia e em especial armas anticarro” (CITINO, 2004, p. 50). Dessa forma, combinando diversos sistemas de armas complementares, os alemães eram capazes de alcançar um alto grau de sinergia, de forma a causar dilemas constantes em seus inimigos.

Cabe ressaltar aqui, como citado no capítulo anterior, o quanto a doutrina de combate não se desprende da evolução tecnológica, mas a ela se combina. Como Murray nos mostra, a adaptação das táticas das Armas Combinadas e das operações ao ritmo do motor de combustão interna pelo exército alemão, foi um dos maiores exemplos de Revoluções nos Assuntos Militares¹¹ no período entreguerras (MURRAY, 2001, p. 154). De nada adiantaria o pensamento altamente evoluído da *Wehrmacht*, se não tivesse encontrado e revolução

¹¹ Murray (2001) não oferece uma definição precisa do que considera Revolução nos Assuntos Militares, mas podemos depreender pelo seu capítulo 1, que a estuda como os eventos ocorridos na forma de empreender guerra que mudaram o padrão dos conflitos deste momento em diante.

tecnológica que trouxe a mecanização advinda da invenção dos blindados, que pôde ser combinada com a aviação, tendo como elo o rádio.

Por conseguinte, faz-se mister a compreensão do meio que possibilitou a interação com sucesso de todos estes acima. O meio que os alemães souberam utilizar para conduzir a *Bewegungskrieg*, em contraponto aos seus adversários, que passaram a utilizá-lo para que os Comandantes pudessem executar um controle mais eficaz sobre suas tropas, retirando-lhes a liberdade de ação: o rádio.

De acordo com Citino (2004), embora os ingleses tenham sido os primeiros a empregar o rádio com seus tanques, foram os alemães que souberam aperfeiçoar essa combinação para a arte operacional. Foram eles que entenderam que o uso do rádio para coordenar ações de tropas altamente móveis, combinadas com apoio aéreo, não era somente desejável, mas necessário. Nas palavras do Major Friederich Bertkau,

as massas de veículos motorizados nas extraordinariamente longas colunas ou altamente espaçadas formações de batalha, o barulho das máquinas, a dificuldade de enxergar de dentro do tanque, a velocidade do movimento, a rápida mudança na situação da batalha; a dificuldade especial de se mover a noite – todas estas demandam uma solução técnica para os problemas de comando. (apud CITINO, 2004, P. 27)

“A solução para isso, foi o rádio, e sua capacidade de transportar informação para o comandante e ordens para as tropas de forma instantânea” (CITINO, 2004, p. 27).

Essa capacidade, aliada à doutrina da *Auftragstaktik*, ao invés de sobrecarregar a capacidade de comando e controle dos alemães, lhes proporcionou a capacidade de executar manobras com grandes unidades de forma coordenada, deferentemente dos aliados. Para MURRAY (2001), a forma de Comando e Controle dos demais países europeus seguia o fluxo da centralização, ao ponto de em 1940, na França, os comandantes de companhia passarem mais tempo presos em suas comunicações em seus *bunkers* do que efetivamente comandando. Já os generais alemães se encontravam na linha de frente (MURRAY, 2001, p. 160). Ou seja, o rádio foi um dos grandes responsáveis por aliar os sistemas de armas combinadas alemães e seus princípios de combate, de forma a provê-lo de capacidade superior de mobilidade.

Todos os fatores elencados acima, quando combinados, e produzidos por um exército que doutrinariamente buscava a evolução pautada na experiência de combate, levou a consolidação do que ficou conhecida como *Blitzkrieg*. Essa foi a responsável por algumas das vitórias mais impressionantes na IIGM, por quase dois anos de invencibilidade nos Teatros de Operações e por causar surpresa nos países europeus em virtude da capacidade de manobra que era capaz de produzir. Tudo isso, apesar das restrições impostas pela conjuntura nacional,

e por possuir, muitas das vezes, equipamentos e números inferiores. Tal fato foi possível pelo entendimento do exército alemão da necessidade do emprego das armas combinadas, bem como de uma cultura doutrinária particular. Soma-se a isso o fato de que os exércitos aliados se encontravam com uma doutrina atrasada, acreditando em um combate à *lâ* IGM, e obtemos o cenário perfeito para a batalha decisiva alemã e o choque que sofreram os países que se opuseram à *Wehrmatch*.

2.3. A CAMPANHA DA FRANÇA – CASE YELLOW

Pouco antes do amanhecer do dia 10 de maio de 1940, foi lançada a ofensiva que marcou a história. Um exército, em aspectos quantitativos, inferior ao que se encontrava do outro lado foi capaz de, não somente conseguir algo que buscou incessantemente na Primeira Guerra Mundial, mas o fez de forma a chocar o mundo: a conquista da França, uma das grandes potências europeias e vencedora da IGM, no espaço de tempo de aproximadamente seis semanas. A invasão colocou frente a frente os aliados (o exército francês e a *British Expeditionary Force - BEF*), e a *Wehrmatch* alemã.

Os aliados contavam com a superioridade.

Em adição à descomunal linha maginot, (os aliados) levavam uma pequena vantagem tanto em efetivo, com cerca de 110 divisões, contra 95 alemãs; quanto em veículos blindados, com cerca de 3000 veículos, contra 2700 alemães. Além disso, os tanques franceses ainda eram superiores. Seu tanque Char B, de 32 toneladas, era equipado com canhões de 75mm e 47mm. (A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL EM CORES, 2009, Cap 2)

Além disso, se colocaram em uma posição defensiva, o que em tese, lhes traria mais vantagem ainda, como nos mostra Clausewitz (1976) “a forma defensiva de guerra é intrinsecamente mais forte do que a ofensiva” (CLAUSEWITZ, 1976, p. 358). No entanto, “em retrospecto, é difícil enxergar como os franceses poderiam ter errado mais na preparação para a guerra” (MURRAY, 2001, p. 164). Nesse contexto, atentando para a dialética da guerra, devemos estudar tanto como os alemães aplicaram a sua doutrina neste engajamento, como os erros que os franceses cometeram, e que levaram a sua derrota tão significativa.

Como apresentado anteriormente, o exército alemão tinha como uma de suas principais características a evolução doutrinária pautada nos ensinamentos aprendidos por ocasião dos combates que se envolvia. Já a França fez exatamente o oposto.

Desde o começo, os líderes militares franceses já sabiam as respostas que queriam obter, e demonstraram pouco interesse nas evidências, seja do conflito de 1918, ou das experimentações alemãs e britânicas. (MURRAY, 2001, p. 164)

Por conseguinte, a doutrina passava a ser ditada pelo alto comando francês, de forma a somente absorver aquilo que este julgava pertinente, particularmente nas figuras do General Maurice Gamelin e do Marechal Philippe Pétain. Isso trouxe uma centralização inerente ao seu exército, que se estendeu até sua estrutura de comando e controle, em uma “cautelosa forma de guerra, na qual o Comandante obsessivamente controlava de cima cada passo e ação” (MURRAY, 2001, p. 164). Claramente a França estava se preparando para uma repetição do cenário da IGM e seus combates de trincheiras. E os Britânicos pouco podiam fazer. A força da BEF não se comparava à do exército francês, com suas mais de 100 divisões. “Isto forçou o Comandante da BEF, Lord Gort, a compactuar com as ideias do Comandante francês, Maurice Gamelin, que eram inteiramente defensivas” (SEGUNDA GUERRA MUNDIAL EM CORES, 2009, cap. 2). A iniciativa das ações, destarte, ficou inteiramente nas mãos alemãs.

Além disso, segundo Murray (2001), o exército francês ainda cometeu dois erros fundamentais nos momentos que antecederam a guerra, sendo um tático e um operacional. Uma interposição de setores defensivos de 15 companhias de 3 regimentos diferentes, na região do *front* em Sedan, compunha o erro tático. Isso fazia com que os comandantes tivessem extremas dificuldades em controlar suas subunidades, e não conseguissem visualizar os acontecimentos em um escopo mais amplo para tomar suas decisões. Quanto ao erro operacional, ocorreu por ordem do General Gamelin. Ele decidiu por movimentar todo o 7º Exército, que constituía a reserva francesa, e estava posicionado justamente em condições de executar um contra-ataque na região das Ardenas; para o norte. Ficaria assim, em condições de se contrapor a um ataque pela Bélgica, semelhante ao ocorrido em 1914. Essa movimentação foi completamente ao encontro dos interesses alemães, que executaram sua manobra com uma força diversionária por essa região, enquanto enviava o grosso de suas tropas *Panzer* pelas Ardenas, região na qual o exército francês encontrava-se a partir de então sem reservas (MURRAY, 2001, p. 164-165). Nesse contexto, sem se dar conta disso, os franceses se submeteram a um deslocamento posicional, expresso por Leonhard. Os alemães, assim, antes mesmo de iniciarem os combates, já se encontravam em vantagem, no que tange os preceitos da Guerra de Manobra.

Ao contrário dos aliados, a *Wehrmacht* fez quase tudo certo. De acordo com Citino (2004), o movimento pelas Ardenas era altamente arriscado, por se tratar de uma região que não era propícia para os *Panzer*, e na qual se colocavam sete das dez divisões disponíveis no exército alemão, o que causava um grande problema de controle do engarrafamento que seria criado, gerando uma fragilidade que poderia vir a ser explorada pelos aliados, caso fosse descoberta. (CITINO, 2004, p. 31). O movimento diversionário pelo Norte, adentrando a

Bélgica e os Países Baixos fez o seu papel de atrair as reservas e o grosso das forças aliadas, tornando o ponto vulnerável após o Rio Mosa uma Vulnerabilidade Crítica. A Linha Maginot, o grande Centro de Gravidade, só viria a ser molestada após a conquista de Paris.

Os alemães possuíam um *Schwerpunkt* bem definido: as divisões *Panzer*. Incidiram sobre uma vulnerabilidade crítica, nas Ardenas, evitando completamente o Centro de Gravidade, a Linha Maginot. A combinação das armas também funcionou perfeitamente, como nos mostra Citino (2004), as forças blindadas alemãs encontraram forte resistência para cruzar o Mosa, mas a combinação com o bombardeiros *Stuka* e a artilharia alemã, que não permitiam que as forças aliadas tivessem liberdade de ação, abriram a possibilidade de que suas forças cruzassem o rio e rompessem as defesas francesas (CITINO, 2004, p. 35).

Outro fator importantíssimo foi a velocidade de tomada de decisões. Como ressalta Burley (2005), as diferenças das formas de comando e controle contribuíram para o fracasso aliado e o sucesso alemão. Esperava-se dos comandantes alemães que estes comandassem da linha de frente. Eles eram encorajados a ir para as posições avançadas e se valer de sua iniciativa, como mostrado no conceito de *Auftragstaktik*. Isso era possível pelo sistema de comunicações eficientes, que permitiam aos generais alemães se movimentarem pela Linha de Contato, inspecionando e tomando decisões para apoiar suas tropas, sem a perda da capacidade de controle de suas tropas como um todo. O fato de Rommel, por exemplo, estar na linha de frente permitiu que observasse que seu 6º Regimento de Fuzileiros se encontrava impedido de cruzar o Rio Mosa, e concluisse que uma cortina de fumaça resolveria o problema da observação inimiga sobre suas tropas (BURLEY, 2005, p. 143-144). Assim, percebemos o quanto a doutrina de comando e controle da *Wehrmacht* permitiu que seu Ciclo OODA rotacionasse em um ritmo muito mais intenso, principalmente porque os comandantes não interviam nas ações de seus subordinados, mas procuravam formas de apoiá-las.

Já com relação às tropas aliadas, a organização era quase diametralmente oposta. Burley (2005) mostra que a estrutura era mais adequada à guerra estática que era prevista pelo alto comando, mas não seria capaz de fazer frente a uma tropa com alta mobilidade como a alemã e sua imposição de ritmo forte. Os postos de comando dos generais franceses eram geograficamente longínquos. Do General Gamelin, particularmente, se encontrava 40 milhas (cerca de 60 quilômetros) distante de alguns de seus subordinados. Vários oficiais de Estado Maior se encontravam separados até mesmo das seções as quais pertenciam. Para completar, as comunicações, ao contrário das alemãs, eram muito fracas, baseadas em telefones e mensageiros, o que gerava naturalmente um atraso na percepção dos generais com relação aos acontecimentos na Linha de Contato, além de uma ausência de comunicações quando estes se encontravam em movimentação (BURLEY, 2005, p. 145). Para uma tropa que aguardava

ordens para agir, com um comando altamente centralizado, isso era praticamente uma pausa em seu Ciclo OODA. Ou seja, enquanto o ciclo alemão girava incessantemente, o dos aliados era altamente letárgico.

Somados todos esses fatores acima, podemos perceber que, não obstante possuir superioridade de meios e pessoal, os aliados não estavam preparados para o combate que se seguiria. Não foi somente um combate de exércitos e seus meios. Foi um conflito de doutrinas, onde uma se saiu vitoriosa sobre a outra, de forma praticamente absoluta. Não fosse a controversa ordem de pausa dada por Hitler às suas tropas nas proximidades de Dunquerque, nem mesmo a BEF teria sobrevivido para continuar a combater posteriormente. O emprego dos conceitos doutrinários da *Blitzkrieg*, que vão ao encontro aos da Guerra de Manobra, mostrou-se assim fundamental para o sucesso acachapante obtido pela *Wehrmacht*.

2.4. A CAMPANHA DE CRETA – OPERAÇÃO MERCÚRIO

No dia 20 de maio de 1941, a Alemanha lançou o primeiro ataque aeroterrestre (ou seja, de tropas paraquedistas) completamente independente de forças terrestres da história, a *Operação Mercúrio*. A conquista da ilha de Creta, em um movimento de aproveitamento do êxito propiciado pela vitória na Grécia, era importante na visão de Hitler para a expulsão dos Britânicos do Mar Mediterrâneo. Por outro lado, os Britânicos, na tentativa de apoiar seus aliados gregos, optaram por defender a ilha sem, no entanto, realizar um planejamento operacional adequado. Percebemos que, mais uma vez então, a conjuntura colocou frente a frente um preparado exército alemão, contra tropas aliadas cometendo erros em sequência que lhes custaram a perda da batalha. Particularmente, neste caso, houve uma diferença marcante em relação ao *Case Yellow*: o número de baixas elevado por parte do exército alemão. Iremos analisar então, qual a diferença marcante que levou a essas perdas.

A Operação Mercúrio é, assim como a Campanha da França, uma batalha onde não somente o exército alemão obteve sucesso em razão de sua eficiência, mas onde os aliados conseguiram falhar por cometerem erros em sequência. Esses últimos possuíam uma força de aproximadamente 41 mil homens, em contraposição a aproximadamente 25 mil da *Wehrmacht*. “Dessa força de tamanho considerável, apenas 5.300 da *Mobile Navy Base Defense Organization* eram adequadamente equipados” (MILLER, 1984, p. 12). Além disso, “Na preparação dos obstáculos defensivos e fortificações em Creta, os Britânicos nada produziram até meados de abril de 1941” (Ibid, p. 8), estando, no entanto, ocupando a ilha desde novembro de 1940.

Ademais, o comando estabelecido na figura do Major General B. C. Freyberg, oriundo da 2ª Divisão Nova Zelandesa, o qual aceitou a missão relutantemente, apresentou diversos

problemas. De acordo com Miller (1984), as ordens do plano de defesa eram confusas. Ao mesmo tempo que ele determinou aos Nova Zelandeses que se posicionassem para realizar um contra-ataque na primeira oportunidade, em um momento posterior, ele orienta a 5ª Brigada da Nova Zelândia a não contra atacar imediatamente, e lutar em suas posições defensivas. Outro problema veio do posicionamento da reserva. Freyberg não comunicou os seus generais subordinados que estabeleceria uma reserva operacional. Assim, cada um estabeleceu uma reserva forte em seus respectivos setores de defesa, ao invés de dispor de mais força na linha de contato. Isso fez com que as posições de defesa ficassem fragilizadas, principalmente para deter os assaltos iniciais (MILLER, 1984, p. 14). Em face do resultado dos pousos das primeiras tropas de assalto alemãs, como mostraremos adiante, talvez mais força posicionada na linha de frente tivesse posto um fim prematuro à invasão da *Wehrmacht*.

Outro fato pertinente levantado por Miller (1984), foi a completa indecisão do comando britânico com relação às suas aeronaves que se encontravam na ilha. Em abril, havia 23 bombardeiros e 20 caças em Creta. No entanto, a falta de definição por parte do comando sobre a manutenção desses meios para defesa daquele território, ou sua realocação, levou a nem um, nem outro: os alemães intensificaram as operações aéreas e destruíram a maioria dos meios ingleses, tendo sobrado somente 6 aeronaves por ocasião do início do assalto. Dessa forma, a superioridade aérea alemã seria incontestável. (MILLER, 1984, p. 14-15)

Somando-se um exército mal comandado por um comandante que não acreditava em sua missão, cuja tropa já advinha de uma derrota em solo grego, além de se encontrar mal equipada; o resultado se encaminhava para o desastre para as forças defensoras. Não somente seu moral, quanto a velocidade de seu ciclo OODA estavam severamente comprometidos. A iniciativa estava nas mãos dos alemães, portanto.

O grande aspecto que pesava em favor dos aliados da *Commonwealth* era a inteligência operacional.

Como os saltos em Creta foram tarefas improvisadas e corridas, os alemães não fizeram grande esforço para esconder a montagem dos seus sistemas aéreos. Usando informações obtidas dos caças interceptadores Ultra, os planejadores da Commonwealth sabiam cada detalhe da operação aeroterrestre bem antes de ela começar. (CITINO, 2004, p. 39)

Além disso, a própria inteligência alemã foi muito precária.

Por ocasião da montagem do plano alemão, a inteligência quanto às forças britânicas dimensionou o inimigo como não mais do que duas brigadas de infantaria, um regimento de artilharia e um desconhecido número de tropas evacuadas da Grécia. Esta falta de precisão na inteligência quanto às forças de defesa britânicas se mostraria catastrófica para as tropas paraquedistas de assalto. (MILLER, 1984, p. 11)

O plano alemão era realizar a conquista da superioridade aérea através da ação da *Luftwaffe*, “para prover o apoio de fogo operacional de forma a isolar Creta e impedir reforços significativos às defesas da ilha” (COX, 2001, p. 19). Além disso, o “apoio aéreo aproximado (...) limitou a ação de alguns sistemas (de defesa antiaérea) e forçou os defensores a procurar abrigo” (Ibid, p.19). Seguido da conquista da superioridade aérea, viria o assalto aeroterrestre, com o objetivo de conquistar pontos-chaves que permitiriam o posterior desembarque da 5ª Divisão de Montanha, quais sejam, o setor entre Maleme e Canea, o porto de Retimo, e Heraklion. As tropas alemãs pousariam “em todo lugar, confiando bastante no efeito disruptivo do assalto aeroterrestre (...) ‘derramando o barril de óleo’: inundando o interior com pequenos grupos de tropas que eventualmente se reuniriam em massas maiores.” (CITINO, 2004, p. 43). Segundo Cox (2001), o assalto já se iniciou precário, uma vez que o requisito fundamental para um assalto paraquedista, a surpresa, já havia sido perdida em virtude da falta de cuidados por ocasião da montagem do dispositivo para a operação, ainda em solo grego. No dia 20 de maio, quando as tropas começaram seu assalto, os aliados estavam prontos. (COX, 2001, p. 20). Dessa forma, inevitavelmente as baixas foram enormes. Percebemos aqui, além da inteligência operacional falha, o primeiro conceito doutrinário alemão que não foi obedecido nesta operação: o *Schwerpunkt*. As tropas altamente espalhadas, sem a concentração de meios em massa sobre uma vulnerabilidade crítica inimiga (ao contrário, devido à falta de inteligência operacional, acabou-se atacando as *superfícies* inimigas) foram, portanto, planejadas de uma forma que não se enquadrava na doutrina de combate preconizada pelos alemães.

Outra grande fragilidade do assalto alemão foi a equipagem utilizada pelas tropas. Os militares não saltaram com seus armamentos prescritos. “A maior parte das tropas paraquedistas saltaram apenas com uma pistola, várias granadas de mão e uma faca.” (MILLER, 1984, p. 17). Segundo Citino (2004), eles deveriam pousar e recuperar caixotes que estariam separados entre si. O pouso alemão ocorreu sob fogo tão intenso que a maior parte dos caixotes nunca foi recuperado. As tropas paraquedistas precipuamente já não contam com armamentos pesados capazes de incrementar seu poder de fogo, por se tratar de uma tropa leve. Com esse dispositivo de caixotes, tiveram seu poder de fogo ainda mais deteriorado. Aqui percebemos mais um aspecto do conflito que vai contra a doutrina da *Wehrmacht*, e por consequência, da Guerra de Manobra: o princípio da combinação das armas, que permite o emprego do fogo para apoiar a manobra. As tropas paraquedistas tiveram seus sistemas de armas reduzidos, impedindo um uso de armas para gerar um efeito sinérgico. Por consequência, isso influenciou diretamente na sua capacidade de intervir pelo

fogo para apoiar o movimento. De acordo com os conceitos alemães, então, tudo se encaminhava para a configuração da *Stellungskrieg*, a “guerra estática”, que os próprios entendiam que deveria ser evitada.

Não obstante estas diversões quanto aos preceitos doutrinários, as tropas alemãs ainda eram altamente experimentadas, conduzidas e treinadas. Os paraquedistas, por serem uma tropa de elite, mais ainda. E como tal, não faltaram demonstrações disso.

A cronometria no centésimo, a ligação íntima entre forças terrestres e aéreas, a facilidade com que tropas formaram forças-tarefa ad hoc sob fogo, o movimento de Student para aproveitar a brecha aberta na Colina 107 – essas coisas já haviam sido vistas na história militar alemã, e seriam vistas novamente adiante. (CITINO, 2004, p. 48)

Essas ações só foram possíveis graças, não somente a doutrina alemã, mas sua cultura militar. Fatores como a flexibilidade de Comando e Controle provida pela *Auftragstaktik*, e a inerente iniciativa dos comandantes dos diversos escalões advinda dela, além da compreensão da importância do princípio da combinação das armas estiveram plenamente presentes durante todo o conflito. Tudo isso encontrava-se entranhado no espírito militar alemão, que como mostrado, não foi um processo instantâneo, mas um produto endógeno de uma evolução centenária. Por mais que pontualmente alguns aspectos dela tenham sido deixados de ser observados por ocasião do planejamento da missão, seria impossível esperar que a engrenagem como um todo se movimentasse em desacordo também com sua forma de combater. Isso foi fundamental para a vitória alemã na Campanha de Creta.

Outro aspecto fundamental foi a falha tática das tropas da *Commonwealth*. “Acreditando que as forças alemãs fossem muito maiores do que de fato eram e temendo o braço longo da *Luftwaffe*, (...) decidiu retirar-se da Colina 107” (CITINO, 2004, p. 46). Essa foi a decisão que propiciou a virada na operação. De acordo com Allan Clarck

Com efeito, esta decisão significou renunciar aos aeroportos, e do terreno que os dominava. Também significou abandonar os homens lutando no Oeste. Esse movimento, desbalanceou a força na ilha (apud MILLER, 1984, p. 22).

Com esse feito, as tropas de Montanha puderam desembarcar, bem equipadas e de posse de armamentos pesados, silenciar as armas de artilharia britânicas e propiciar a conquista da ilha de Creta.

Este capítulo então, demonstrou a relação íntima da doutrina da *blitzkrieg* alemã com os conceitos de Guerra de Manobra, fruto de uma evolução centenária pautada na experimentação empírica e na formação de uma cultura militar. Essa, quando posta em prática na IIGM foi capaz de fazer um exército menor e com meios inferiores em muitos casos,

sobrepular grandes potências com velocidade enorme e, assim surpreender o mundo com sua forma de combater. Além disso, percebemos pela comparação das Campanhas apresentadas, o quanto eles se mostraram importantes, e como sua inobservância representou um custo em vidas humanas. Fatores presentes na França e ausentes em Creta fizeram a diferença nesse sentido. Não propiciar o inimigo com o conhecimento acerca de onde incidiriam suas forças, bem como a ausência de um *Schwerpunkt* que empregasse o grosso das forças em uma região de fraqueza inimiga, elementos característicos da GDM, foram erros da Campanha de Creta que deveriam ter sido tomados como lições de sucesso advindas da Campanha da França, e cuja não observância permitiu que as defesas daquela ilha causassem muito mais transtornos aos alemães do que seria esperado.

Assim, demonstrou-se a viabilidade da aplicação dos conceitos de Guerra de Manobra na IIGM e sua importância nas vitórias alemãs.

CAPÍTULO III – US ARMY - OPERAÇÃO TEMPESTADE NO DESERTO

A Guerra do Golfo foi o último grande conflito operacional convencional do Século XX. A sombra de um conflito entre EUA e URSS ia se pondo, à medida que essa última se deteriorava, e em breve seria extinta, ao passo que o poder americano continuava se projetando. Neste sentido, a invasão do Kuwait pelo Iraque de Saddam Hussein apresentou a perfeita oportunidade para que os norte-americanos demonstrassem todo o seu poderio.

Em um contexto histórico de transição, os EUA lideraram uma coalisão para se contrapor ao exército iraquiano, que havia recentemente invadido e ocupado o Kuwait, vizinho rico em petróleo. A batalha, assim, estaria fadada a ocorrer nos territórios desérticos e planos do Oriente Médio, sendo o cenário perfeito para uma plena demonstração de força americana, e a experimentação da doutrina que vinha se desenvolvendo no *US Army*, a *AirLand Battle*, com o intuito de modernizá-lo e reergue-lo perante o fracasso da empreitada no minúsculo Vietnam.

Desta forma, assim como foi estudado o exército alemão da IIGM por ter sido o precursor do emprego dos conceitos da manobra, valendo-se do uso da mecanização, não poderíamos deixar de fazer um estudo do emprego operacional do exército da maior potência militar do final do século, em um ambiente propício para o emprego da manobra.

No entanto, em se tratando de um conflito ocorrido em uma “era-ONU”, onde tanto os assuntos entre Estados belicosos eram instrumento de discussão entre os membros da Organização, quanto a legitimidade passando a ser um ponto importante para uma ação militar contra um Estado; antes mesmo de avaliar o conflito armado em si, faz-se mister um conhecimento das condicionantes político-estratégicas que influenciaram o emprego da força da coalisão para entender o porquê de o planejamento do nível operacional ter se dado da forma que foi conduzido.

3.1. CONTEXTO HISTÓRICO – OS FATORES CONDICIONANTES DO ÂMBITO POLÍTICO-ESTRATÉGICO

O final do século XX, particularmente quando ocorre a invasão do Kuwait, é marcado por algumas características especiais. Desde o final da IIGM, o mundo vive uma ordem global pautada na bipolaridade, caracterizada pela rivalidade EUA x URSS, e pela legitimidade das resoluções da Organização das Nações Unidas. Além disso, em um segundo plano, com foco mais regional, uma reticência por parte de alguns países árabes em relação ao Ocidente era clara. As nações árabes, com algumas exceções, consideravam o Ocidente, capitaneados pelos EUA, como os “infiéis” vilões, desde o fim da IGM, em

virtude das divisões territoriais que fatiaram os territórios do Oriente Médio, mas também por serem aliados de Israel. Ademais, particularmente no âmbito interno dos EUA, uma preocupação em não repetir o fracasso da empreitada do Vietnã, completava a formação do caldo que deveria ser levado em consideração quando da execução de qualquer empreitada militar, e particularmente naquela região.

Desta forma, para atender a essas considerações, fazia-se necessária uma ação que não somente impressionasse, como fosse rápida e com baixas perdas, características semelhantes ao contexto apresentado no capítulo anterior, e que favoreceram em grande monta a utilização da Guerra de Manobra. Analisaremos a seguir estes condicionantes e algumas de suas implicações.

Em 24 de Outubro de 1945, após ratificação por China, Estados Unidos, França, Reino Unido e URSS, nascia oficialmente a Organização das Nações Unidas (ONU), que desde então tem a função de

*praticar a tolerância e viver em paz, uns com os outros, como bons vizinhos, e unir as nossas forças para manter a paz e a segurança internacionais, e a garantir, pela aceitação de princípios e a instituição dos métodos, que a força armada não será usada a não ser no interesse comum, a empregar um mecanismo internacional para promover o progresso econômico e social de todos os povos.*¹²(ONU, 1945)

Dessa forma, esperava-se corrigir os erros da falida Liga das Nações, e ser um instrumento com legitimidade para evitar o flagelo da guerra. Na prática, embora tenha sido mais profícua do que a sua predecessora, ainda sim as guerras não foram possíveis de serem completamente evitadas. Nesse sentido, embora não vá ser objeto deste estudo a avaliação qualitativa da existência da ONU, não há como não ilustrar as consequências de sua existência para o empreendimento da ação militar, e a necessidade da legitimidade junto a este órgão para que seja melhor empregado o último recurso da vontade nacional.

A Organização das Nações Unidas é composta por diversos órgãos. Dentre eles, aquele que possui a tarefa precípua de ser responsável pela “manutenção da paz e da segurança internacionais” (ONU, 1945) é o Conselho de Segurança. Dentro das atribuições desse, está a de “Solução Pacífica de controvérsias” (Ibid). Por conseguinte, diferentemente do contexto ocorrido por ocasião da declaração de guerra dos países aliados contra a Alemanha Nazista, a invasão iraquiana sobre o Kuwait não poderia ser adequadamente respondida diretamente com um ato de guerra por parte dos EUA. Seria necessário aguardar e atuar sob a bandeira da legitimidade da Organização.

¹² Preâmbulo da Carta das Nações Unidas. Fonte: <https://brasil.un.org/pt-br/91220-carta-das-nacoes-unidas>

A consequência direta da busca por esta legitimidade para emprego da força militar foi a formação de uma coalisão multinacional o mais abrangente possível para seu desencadeamento.

Os americanos querem uma coalizão tão ampla quanto possível. Eles logo obtêm o sinal verde de seus principais aliados: a Grã-Bretanha, o Canadá, a França, em meados de setembro – após o ataque de sua embaixada pelas forças iraquianas em Kuwait City –, e a Itália. Desde 10 de agosto, reunidos em cúpula no Cairo, nada menos que 12 Estados árabes se comprometem a participar de uma força panárabe. No total, a coalizão contará com 37 países e cerca de 800 mil homens, dos quais 430 mil americanos. (LAGARDE, 2015)

Como nos mostra Leonhard (1991), é uma característica dos Estados Unidos a busca pelo maior número de aliados quando entra em conflito, porque o maior número de membros em uma coalisão, se traduz em um senso de “justiça”. No entanto, as alianças tendem a tornar o processo de tomada de decisões mais lento, prejudicando a capacidade de comando e controle, e por consequência, diminuindo a rotação do ciclo de Boyd (apresentado no Capítulo I). Isso ocorre pela variada gama de equipamentos, sistemas de comunicação, organizações e doutrinas; bem como pela variedade de interesses políticos que passa a influenciar o nível operacional (LEONHARD, 1991, p. 276-277). Nesse sentido, fazia-se necessária uma ação de curta duração. Quanto menos mudanças no contexto do campo de batalha ocorressem, menor a necessidade de adaptação, e menor a influência dessa lentidão no ciclo OODA da coalisão. Apesar dessa consequência, seria equivocado acreditar que naquelas circunstâncias, os EUA deveriam levar a cabo qualquer tipo de ação unilateral, que acarretaria pesados custos em termos de credibilidade internacional.

De acordo com Friedman (1991), a invasão do Kuwait se dá justamente no momento de declínio da Guerra Fria, o que libera a ONU para realizar as tarefas de manutenção da paz e policiamento para as quais foi criada. (FRIEDMAN, 1991, p. 52). No mesmo dia em que ocorre a invasão, diálogos entre os representantes dos membros do Conselho de Segurança se iniciam.

O Conselho de Segurança completo é convocado um pouco antes do amanhecer. Ele exige “uma retirada imediata e incondicional” das tropas iraquianas. Não há nenhum voto contrário e uma única abstenção, a do Iêmen. (LAGARDE, 2015)

Entre esta primeira resolução (de número 660) e a N° 678 que emite um ultimato para a retirada das forças iraquianas do Kuwait, passarão quase quatro meses. Destarte, embora o processo seja lento, desde o princípio, as ações a serem tomadas no Kuwait já se desenrolam mediante o aval da Organização. Esse fato já retira das forças da coalisão a

capacidade de preempir as forças iraquianas. Ou seja, as forças da coalisção somente teriam a oportunidade de buscar o deslocamento ou ruptura do inimigo, uma vez iniciadas as ações.

A aceitação completa do Conselho de Segurança foi possível pelo momento vivido tanto pela China quanto pela URSS. “Pequim se abstém, em grande parte, sem dúvida, para não envenenar mais ainda sua relação com o mundo ocidental, quinze meses após o Massacre de Tian’anmen (massacre na praça da Paz Celestial)” (LAGARDE, 2015). Já os soviéticos, que

em tempos anteriores teriam vetado qualquer ação apoiada pelos EUA, desta vez as apoiavam. A URSS necessitava da cooperação ocidental para sua reconstrução, e sua estratégia era uma combinação de desengajamento político/militar (para economia de capital e recursos) e tentativa de ganhar o apoio econômico do ocidente. (FRIEDMAN, 1991)

Apesar da anuência desses países, Friedman (1991) ainda ressalta que ambos faziam parte do grupo que passava as resoluções, mas não intervieram de fato no combate. Assim, a atuação deles se pautou por limitar os objetivos de guerra da coalisção a restauração do Kuwait e pagamento de reparações. Destruição do regime de Saddam ou do Estado do Iraque esteve sempre fora de cogitação. (FRIEDMAN, 1991, p. 54-55). Essa limitação dos objetivos de guerra tem consequências diretas no nível operacional.

Como nos mostra Leonhard (1991), quando não se tem um alvo específico da ação militar, as metas estratégicas podem tomar rumos intangíveis, como “a estabilidade necessária para a Nação X implementar a democracia”. Com isto, as forças não possuem ações claras e objetivos específicos para cumprir (LEONHARD, 1991, p. 275). Essa “nebulosidade” compromete diretamente a capacidade de aproveitamento do êxito das tropas, muitas das vezes retardando a rotação de seu ciclo OODA, na espera de uma definição do âmbito político-estratégico sobre as implicações da continuação de suas ações, e seu enquadramento ou não dentro dos objetivos.

Além desses fatores relativos à ONU, outro muito importante que deve ser levado em consideração para a não atuação unilateral dos EUA é a complexidade da intervenção de Estados Ocidentais no Oriente Médio. Como nos mostra Friedman (1991), a maior parte dos países desta região foram frutos do final da IGM, e seu acordo de paz. As fronteiras foram traçadas sem respeito aos territórios de determinados grupos étnicos, os misturando e garantindo que por muito tempo haveria instabilidades internas em todos os países (FRIEDMAN, 1991, p. 10). Nesse diapasão, uma intervenção ocidental na região é capaz de provocar toda sorte de convulsões, suscitando ânimos das diversas etnias que compõem os Estados. Ademais, “é muito fácil para muitos enxergar os EUA e os países ocidentais

como os clássicos opressores ao mundo árabe” (FRIEDMAN, 1991, p. 50), os quais só entrariam na região com a intenção de defender seus interesses relativos ao petróleo.

Interessante notar o quanto Saddam tentou se valer desse jogo “Árabes x Ocidente”. “Os apologistas de Saddam pediam uma ‘solução árabe’ para o problema. Uma que excluísse as potências ocidentais, as quais eram as únicas com força suficiente para lidar militarmente com Saddam.” (FRIEDMAN, 1991, p. 52). Ou seja, todo esse contexto naturalmente convergiria as ações para uma empreitada militar de uma coalisão, uma vez que uma ação unilateral dos países ocidentais não seria bem recebida, ao passo que os países árabes da região não tinham como lidar com o problema militar sem ajuda ocidental.

Por último, cabe ressaltar a limitação imposta pela conjuntura interna dos Estados Unidos, a grande parcela do esforço da coalisão. Após o fracasso no Vietnã, os EUA aprenderam o peso da opinião pública, e por consequência, estas influenciam diretamente as ações de seus políticos.

Como nos mostra Lagarde (2015), já por ocasião do início dos bombardeios, cerca de 150 jornalistas acompanhariam de perto as ações no Iraque, a partir do hotel Rashid, em Bagdá. “A Guerra do Golfo ficará inegavelmente na história como aquela que marcou o início da informação contínua por satélite” (LAGARDE, 2015, p. 151). Isto coloca uma pressão enorme sobre as autoridades americanas, tanto as militares quanto as políticas.

Nas memórias de Norman Schwarzkopf (2010), Comandante da Força de Coalisão, ele apresenta diversas ocasiões onde o então Presidente George Bush recebeu um *briefing* sobre o conceito operacional da missão.

Dois dias depois, Powell trouxe-me de volta para brifar¹³ o Presidente novamente. (...) “Nós iremos ao Camp David. Iremos falar com o Presidente e um pequeno grupo. Será seu show. Tire o tempo que precisar da manhã para revisar seus planos operacionais”. O Presidente estava pronto para considerar o envio de tropas. (SCHWARZKOPF, 2010, p. 130)

Isso reflete a preocupação que o Chefe do Executivo, como Comandante-em-Chefe das Forças Armadas americanas, tinha com os planos de operação. É um reflexo da opinião pública sobre as decisões políticas, que estaria potencializada pela presença da cobertura midiática.

Embora essa atuação direta da figura política no âmbito operacional seja controversa, não é tarefa simples traçar o limite da atuação daquela na definição das estratégias. Como vimos anteriormente, a intromissão de Hitler permeando os níveis político-estratégico e até o operacional trouxe tanto sucessos como sua derrocada definitiva.

¹³ Tradução literal do verbo *to brief*. Este aportuguesamento é muito comum nas Forças Armadas para expressar o ato de apresentar um planejamento ou um conjunto de normas.

Todas as operações têm consequências políticas. Elas podem aumentar ou diminuir a habilidade de uma nação alcançar seus objetivos nacionais; podem comprometer-se de forma não sábia a novos e não previstos objetivos; podem, por falha de cálculo ou de execução, desencorajar seus aliados ou trazer novo suporte para o lado inimigo. Caso se detenha muito no “meio-termo” no planejamento operacional e no processo de decisão pelos líderes políticos, podem ter consequências disruptivas. Inabilidade ou falta de vontade da parte destes líderes remetem ao risco de colocar em mãos militares poderes que podem comprometer a segurança nacional para a qual a liderança política é a última responsável. (CRAIG, 1986, p. 482)

Percebemos então que não existe uma fórmula padronizada para a linha que separa a atuação dos setores civil e militar no conflito. Tal linha tende a ficar mais tênue ainda tanto maior seja a capacidade da opinião pública de influenciar naquele contexto em particular. A presença do Chefe do Executivo então, passa a materializar a opinião pública na ação das Forças Armadas, trazendo consequências diretas sobre a execução das operações, como exemplificado por Gordon Craig acima.

Concluindo, podemos perceber a influência dos diversos fatores dos níveis político-estratégicos diretamente no nível operacional. Ao contrário do ocorrido na Alemanha da IIGM onde os fatores iam ao encontro dos conceitos doutrinários da *Wehrmacht*, no contexto da Guerra do Golfo, os condicionantes limitariam e teriam um potencial de retardamento das ações da Coalisão. Nesse sentido, o plano operacional formulado pelo General Norman Schwarzkopf deveria “capitalizar os benefícios da Autoridade do Comando Nacional, ao mesmo tempo que minimizar os efeitos negativos” (LEONHARD, 1991, p. 279). A solução para isso foi um plano operacional audacioso, a fim de conquistar uma vitória rápida e bem planejada, e evitar quaisquer interrupções causadas pelos níveis mais altos. A reformulação da doutrina do exército americano para a *AirLand Battle* permitiu em grande monta isto, embora em muitos aspectos o planejamento da operação tenha fugido de seus preceitos. Iremos agora então, estudá-la para verificar como ela influenciou a vitória contra o regime iraquiano.

3.2. A DOUTRINA ESTADUNIDENSE E A GUERRA DE MANOBRA - A *AIRLAND BATTLE*

Após a empreitada americana no Vietnam, ficou nítida a necessidade de uma reformulação da doutrina de combate do *US Army*. A forma tradicional de combate dos EUA já não mais se adequava à realidade. De acordo com Hughes (1995), a forma de combate americana era uma combinação de um processo de mobilização em massa com sua vasta capacidade de recursos financeiros e industriais. “A estratégia da ‘força bruta’ americana foi eficiente desde a Guerra Civil até a Guerra da Coréia. A Guerra do

Vietnam e suas consequências, no entanto, forneceram razões contundentes para se mudar” (HUGHES, 1995, p. 23).

No Vietnam, por diversas conjunturas, o uso do poder de fogo foi preponderante. No entanto, pouco eficiente. “As operações de busca e destruição americanas mataram muitos guerrilheiros, mas também muitos não-combatentes, e tendiam a alienar a população” (HUGHES, 1995, p. 26). Após a Guerra, voltando novamente as atenções para a Europa, onde a força soviética crescia cada vez mais, “o exército reconheceu a necessidade de uma nova estratégia para lutar em desvantagem numérica e vencer” (HUGHES, 1995, p. 26). Neste sentido, a solução encontrada pelo *US Army* foi de afastar-se da doutrina de atrito em direção a Guerra de Manobra.

Nesse contexto, surgiu a *AirLand Battle*. “Representa uma tentativa de balancear manobra com poder de fogo” (SKINNER, 1988, p. 9). De acordo com Hughes (1995), a doutrina incorpora alguns preceitos da Guerra de Manobra característicos do exército alemão. Além disso, ele passa a incluir o pensamento no nível operacional, inexistente até então nas Forças Armadas americanas, que reconheciam somente a existência do nível estratégico e tático (HUGHES, 1995, p. 29). Assim, iremos estudar estas mudanças para entender o que é a doutrina de combate americana que foi implementada na Operação Tempestade no Deserto.

Primeiramente, cabe ressaltar a importância do trabalho de William Lind, como grande estudioso da doutrina alemã, e já previamente apresentado. Lind fazia parte de um movimento de reformadores civis que tinha a intenção de contribuir com a evolução da doutrina norte americana.

Lind argumentava que os EUA (e a OTAN) não mais desfrutavam do luxo da superioridade numérica perante seu oponente soviético. Para garantir a vitória, os EUA deveriam alterar seu estilo de guerra para um baseado na manobra. Lind apoiava seu argumento fazendo referência aos exemplos dados pela Wehrmacht, dizendo que “a adoção de um estilo baseado na manobra por parte dos alemães foi baseada em terem quantidades inferiores de força”¹⁴ (CURRY, 2015, p. 140).

Nesse diapasão, cada um dos “conceitos alemães (...) acharam um caminho em direção à doutrina da *AirLand Battle* como traduções para o inglês, ou dentro dos 4 princípios maiores dela¹⁵” (CURRY, 2015, p. 143). Assim, como algumas destas mudanças foram adoções de conceitos previamente citados neste estudo, o foco desta

¹⁴ Como vimos no capítulo anterior, esta foi uma parte do motivo, embora tenha sido uma parte importante. Esta se refere ao dilema da guerra em duas frentes, fardo histórico que os governantes alemães carregavam no sentido de defesa nacional

¹⁵ Os quatro princípios da *AirLand Battle* são iniciativa, profundidade, sincronização e agilidade.

seção será mostrar as particularidades da aplicação destes conceitos na doutrina americana.

O primeiro dos conceitos de Lind incorporados pela *AirLand Battle* foi o de *Mission-Type Orders*. A grande diferença, e provavelmente a maior dificuldade, em relação ao conceito da *Auftragstaktik* alemão é que, como foi explicado anteriormente, esse último foi fruto de uma implementação centenária. A doutrina de comando e controle alemã é perfeitamente compatível com a cultura militar de seu exército. Foi criada e desenvolvida em uma época em que os comandantes não possuíam recursos tecnológicos que propiciassem um controle de suas tropas. Já a implementação na doutrina americana não foi algo natural. Foi uma ruptura com a história de combates de atrito e rígido controle de seu exército.

Um exemplo dessa sutileza pode ser observado na frase

é reconhecido que em uma situação caótica como nas guerras, ordens de cima podem nem sempre estar disponíveis. Assim, é esperado de todo comandante que aja de certa forma independentemente dos níveis superiores (grifo meu) (SKINNER, 1988, p. 15).

Essa frase mostra que a iniciativa é vista como uma forma de se preencher o vácuo entre as ordens vindas do superior, não como a melhor forma de se conduzir o combate por permitir que o Comandante na ação desenvolva melhor a sua manobra, como é o caso alemão.

No entanto, a ideia principal do conceito era inserir a descentralização das ações na doutrina de comando e controle dos EUA, que possuía até então uma estrutura rígida que não propiciava o aproveitamento de êxitos. Como disse um General alemão interrogado na IIGM:

Ao contrário do que ocorre no teatro de operações do front oriental, no ocidental ainda era possível nos endireitarmos de situações praticamente impossíveis porque os exércitos inimigos lá...embora possuíssem uma vantagem material enorme, eram limitados por lentas e metódicas formas de combate (apud HUGHES, 1995, p. 24).

Por conseguinte, uma vez identificada a necessidade de descentralização das ações, e a inserção de uma mudança brusca da doutrina, é necessário o treinamento em intensidade suficiente para tornar as tropas “unidades coesas”, para que os subordinados busquem a iniciativa sem incidir no caos. Assim, os comandantes deverão ser doutrinados a serem inovadores, agressivos e cooperativos, de forma a unir seus esforços para manter a iniciativa e negá-la ao inimigo. Nesse sentido, dinheiro investido

em treinamento para implementação da doutrina da *AirLand Battle* será tão bem empregado quanto dinheiro investido em armamentos (SKINNER, 1988, p. 16). A *Mission-Type Orders* representa então a quebra com a mentalidade anterior de “convocação em massa aliada a superioridade material”.

O segundo conceito incorporado à doutrina americana foi o de Foco do Esforço. No entanto, esse conceito não aparece diretamente explícito na doutrina. Ele é expresso em termos do princípio “sincronização”, que é “a combinação de economia de forças e unidade de esforços para que nenhum esforço seja desperdiçado” (SKINNER, 1988, p. 11). De acordo com Leonhard (1991), estes conceitos tangenciam o *Schwerpunkt* da doutrina alemã. Foram inseridos na doutrina com o intuito de ser a ideia unificadora, e dar a integração necessária a descentralização das ações (LEONHARD, 1991, p. 167). No entanto, ela se difere um pouco do conceito puro aplicado por Lind. Ele, como demonstrado, acreditava no *Schwerpunkt* como algo conceitual. No caso da doutrina americana, a busca pela sincronização das ações levaria a “economia de forças e unidade de esforços”. Para Lind, “é onde o Comandante acredita que pode obter uma decisão e traduz isto em uma unidade” (grifo meu) (LIND, 1985, p. 17), ou seja, é uma interpretação do Comandante passada para o subordinado e que tem como consequência a economia de forças e unidade de esforços.

No entanto, talvez a mais importante mudança de pensamento da doutrina americana foi a inserção e foco das operações de guerra com ênfase no nível operacional.

Anteriormente, nos planejamentos dos EUA, considerações operacionais eram geralmente subordinadas aos pensamentos estratégico e tático – recebendo pouca atenção como uma fase separada do planejamento. Em resumo, planejamento operacional lida com posicionamento, tática e logística se combinando em operações de grandes unidades para implementar os objetivos estratégicos. Como resultado, é feito em níveis mais altos (Corps¹⁶ e superior) de comando (SKINNER, 1988, p. 13).

A implementação desse nível do conflito não é algo simples, como nos mostra Leonhard (1991). A doutrina, embora insira o nível operacional, não permite uma expressão completa dele. Os generais dos EUA estão historicamente treinados e acostumados a pensar nos combates. Assim, é natural pensar que o nível operacional é um “grande nível tático” (LEONHARD, 1991, p. 6). O correto, para o melhor aproveitamento dos preceitos da GDM, como vimos no capítulo I, é o entendimento de

¹⁶ O *Corps* americano é o equivalente ao Corpo de Exército. A soma de dois ou mais escalões nível divisão. Será mantida ao longo do estudo a palavra em inglês.

que a arte operacional é saber quando combater, aproveitando tanto as oportunidades de evitar o combate, quanto as vitórias e até mesmo as derrotas.

Não obstante essas dificuldades atinentes ao pensamento de seus generais, os EUA inseriram alguns conceitos importantes para a consolidação do pensamento operacional: o foco na perspectiva dos *Corps*, a integração do campo de batalha e sua relação com a batalha profunda.

Renascido pela necessidade de se contrapor aos escalões soviéticos do Pacto de Varsóvia, a doutrina da *AirLand Battle* encontrou no *Corps* a estrutura grande o suficiente para tal tarefa, e ainda com capacidade orgânica suficiente para atender as necessidades da GDM. O *Corps* é a estrutura que ainda acumula capacidade concentrada de Apoio de Fogo e organização de inteligência de forma a balancear adequadamente o Poder de Fogo com a Manobra. Além disso, é o primeiro nível de recebimento de estrutura logística que chega ao Teatro de Operações (SKINNINER, 1988, p. 12). Assim, esse escalão reúne todas as características suficientes para realizar e executar o planejamento no nível operacional, e atuar no nível tático, através do emprego de suas divisões. O fato de ter sido reestruturado e dotado dessas capacidades foi fundamental para que o planejamento operacional se aproximasse do combate, ao invés de ser uma mera estrutura de controle como era sua característica anterior à nova doutrina. Como vimos no exemplo alemão, isto é fundamental para a aceleração do Ciclo OODA e a manutenção da iniciativa das ações.

Além disso, outro conceito importante que foi inserido com foco operacional foi o da *Deep Battle* (Batalha Profunda). Este conceito, mais um criado para se contrapor a uma doutrina de combate soviética, o ataque por escalões, acabou tendo uma consequência na forma de combate americana muito mais positiva do que se predisunha. A ideia principal da *Deep Battle* é a de “localizar e monitorar o dispositivo inimigo em profundidade, de forma a rompê-lo com interdição aérea e fogos de longo alcance” (HUGHES, 1995, p. 28). Naturalmente, percebe-se que, com o intuito de alcançar as regiões mais profundas, o combate se desenvolveria como uma cooperação entre o *US Army* e a *US Air Force (USAF)*. Assim, “encabeçando os ataques haveria uma enorme quantidade de assaltos aéreos e de artilharia de longo alcance em alvos designados pelo Comandante em terra a em suporte às forças em terra” (SKINNINER, 1988, p. 19).

No entanto, para Leonhard (1991), o conceito da *Deep Battle* embora positivo, tem algumas incoerências no âmbito da Guerra de Manobra. A primeira delas é a importância dada para o fim errado. Isto ocorre porque o planejamento do engajamento é feito de forma que os ataques em profundidade propiciem um desgaste inimigo para

que ele seja batido em menores partes quando chegar ao combate aproximado. Ou seja, o combate profundo é um apoio para o combate aproximado, que na realidade será o decisivo. Isto é atrito puro: desgastar o inimigo por fogos até a chegada ao combate aproximado, onde ele será destruído (LEONHARD, 1991, p. 159-160). De fato, a própria busca pela destruição é um preceito de atrito. A GDM busca a derrota inimiga, de preferência sem a consecução de um engajamento decisivo.

Outra incoerência é que, pela sua própria definição, as ações profundas da *Deep Battle* são quase em sua totalidade dependentes da ação da USAF.

Enquanto planejadores americanos continuamente fazem um esforço de impor a intenção do exército sobre a força aérea, o conceito da Deep Battle americana tende contra a participação de unidades terrestres. De fato, os planejamentos logísticos raramente fazem alguma consideração sobre como fariam o suporte um ataque em profundidade continuado (LEONHARD, 1991, p. 160)

Na prática, isso vai de encontro ao princípio das Armas Combinadas, que é tão precioso para a Guerra de Manobra. Para forçar o inimigo a quebrar sua coesão mental, é fundamental a combinação das ações aéreas com ações complementares por terra. “Praticantes da Guerra de Manobra lutam para empregar seus sistemas de apoio de fogo não somente como armas de suporte, mas como armas combinadas” (LIND, 1985, p. 20). Empregar a força aérea com seus sistemas de fogo, aliada, ao apoio de fogos de longa distância é um exemplo de armas em suporte: quando o inimigo é engajado, ele se depara com um problema. No entanto, quando se protege de um, protege-se de ambos simultaneamente. Armas Combinadas são importantes pois apresentam um dilema para o inimigo. Logo, a *Deep Battle* como visualizada pelo exército americano é mais um exemplo de atrito do que de Guerra de Manobra. Veremos que essa conformação conceitual teve consequências diretas na Guerra do Golfo.

Apesar destas incongruências com os preceitos da Guerra de Manobra, o conceito de *Deep Battle* foi importante. “O Exército agora enxergava as batalhas de retaguarda, aproximada e profunda como integradas em uma operação única que requeria serviços de cooperação para atingir uma unidade de esforços” (HUGHES, 1995, p. 29). Ou seja, ela trouxe o conceito de Espaço de Batalha Integrado. Esse significa que “todos os ativos disponíveis para o Comandante deverão ser usados para alcançar a derrota do inimigo” (SKINNER, 1988, p. 17). Os sistemas deverão ser sincronizados, empregados de forma a buscar a economia de meios e unidade de esforços. O Comandante do *Corps* deverá buscar o balanceamento do fornecimento logístico e o máximo de informações das agências de informação tanto nos níveis tático e operacional, quanto estratégico. Percebemos assim, que ao imaginar o espaço de

batalha de forma integrada, o Exército americano foi ao encontro de conceitos importantes da GDM, como Armas Combinadas e o Foco do Esforço. Ao imaginar também um combate profundo, busca-se a meta da preempção contra o inimigo.

Por fim, é interessante observar que a *AirLand Battle* foi um movimento contundente no afastamento do Exército americano do pensamento do atrito. Este movimento não é algo simples. Não é simples justificar gastos extensos em Forças Armadas para aplicação em manobra.

Oficiais do Departamento de Defesa e comitês do congresso gostam de estatísticas, e em geral não são familiarizados com doutrina militar. Assim, oficiais do Exército que vão aparecer no Congresso devem estar armados com figuras, gráficos e diagramas. (LEONHARD, 1991, p. 138).

O problema é que, para gerar esses recursos, devem ser empregados modelos computacionais. Tais modelos não têm como levar em consideração a dimensão humana para realizar seus cálculos. Fatores como moral da tropa e criatividade do Comandante não possuem modelos matemáticos para sua avaliação, embora saibamos que desempenham um papel fundamental no resultado de qualquer guerra. Não é possível também avaliar sucesso de ações como preempção e deslocamento, uma vez que o intuito delas é evitar o combate ou engajar o inimigo da forma mais desvantajosa o possível, o que não fornece um dado com credibilidade da eficiência dos sistemas de armas. É muito mais impressionante e de fácil aquisição de recursos argumentar sobre o investimento em um sistema de armas que atingirá muitos quilômetros com muita força. Como vimos anteriormente, acreditar em um sistema de armas que será a solução, sem combiná-lo com um sistema complementar, não é uma característica da GDM.

Face ao exposto, percebemos que o *US Army*, embora faça o movimento em direção à Guerra de Manobra, com frequência se encontra trilhando o caminho do atrito novamente. Esta seção buscou, então, apresentar as mudanças na doutrina do exército americano, principalmente as que foram em direção à GDM. No entanto, mesmo estas possuem inevitavelmente uma tendência ao atrito, fruto da mentalidade histórica de combate americana, o que deve suscitar muito cuidado por parte das autoridades militares, se o caminho que estas quiserem trilhar for o da manobra. Assim, a seguir veremos a aplicação real da *AirLand Battle* na Operação Tempestade no Deserto, em um conflito que fugia de alguns preceitos fundamentais da doutrina, que como vimos tinha em seu cerne a preocupação em se contrapor aos escalões soviéticos em um ataque à Europa. Como esperado, este conflito apresentou diversos fatores de atrito, por ser uma característica histórica do Exército americano, mas também inovações de manobra

trazidas pela nova doutrina. O resultado do conflito foi uma vitória acachapante em menos de cem horas, e buscaremos avaliar se este resultado tem ou não relação com estas inovações no sentido da GDM.

3.3 A OPERAÇÃO TEMPESTADE NO DESERTO

Quando no dia 15 de janeiro de 1991 Saddam Hussein não retirou suas tropas do Iraque, o ultimato da ONU foi desrespeitado e o mundo estaria destinado a assistir um conflito que marcaria os anais da história. A Guerra do Golfo, em sua fase de combate, a Operação Tempestade no Deserto, propiciou aos EUA e a coalisão internacional que o apoiava o terreno perfeito para execução de uma ação impressionante. O terreno composto por grandes porções planas e desérticas, e grandes regiões pouco povoadas, ofereciam condições ideais para a execução de um combate de alta mobilidade. As ações teriam a possibilidade de se desencadear tão rápido que, pouco tempo após o início dos engajamentos, com o real cenário se descortinando e as forças da coalisão se deparando com pouca ou nenhuma resistência, o General Norman Schwarzkopf passou a se preocupar em alcançar seus objetivos de destruição da Guarda Republicana antes que um possível cessar fogo fosse negociado.

Apesar disso, o conflito foi uma materialização da doutrina da *AirLand Battle* com algumas alterações conceituais, particularmente aquelas relativas ao exército soviético e a postura defensiva que se encontrava expressa nela. A intenção desta seção é mostrar quanto da doutrina foi posta em prática no conflito, demonstrando que, conforme apresentado anteriormente, diversos fatores de atrito e manobra se encontravam presentes em seus preceitos. Iremos apresentar alguns mais importantes, buscando ressaltar suas consequências para o conflito.

Primeiramente, devemos sempre nos lembrar da dialética da guerra. Existem dois lados e as vitórias não ocorrem somente porque um lado lutou muito bem. O lado inimigo pode também ter lutado muito mal. O exército iraquiano era o quarto maior exército do mundo à época e dispôs uma defesa que, embora soubesse que não fosse capaz de se contrapor a uma ofensiva de uma coalisão, especialmente frente aos EUA, possivelmente cobraria um preço caro o suficiente para dissuadir a continuação das ações.

O aparato defensivo constituído compreendia 42 divisões, dispostas em três níveis subsequentes. Dentro do Kuwait, na costa e ao longo da desértica fronteira com a Arábia Saudita, encontravam-se 25 divisões de infantaria previamente entrincheiradas. Eram as tropas menos motivadas e equipadas. A reserva operacional dessa força, localizada ainda dentro do Kuwait, compunha-se de nove divisões mecanizadas e blindadas do exército, mais aquinhoadas do ponto de vista humano e de equipamentos. Finalmente, atrás dessas unidades, dispunha-se a

reserva estratégica, composta pelas mais preparadas e equipadas tropas iraquianas. Oito divisões da guarda republicana estavam acantonadas no sul do Iraque. As forças de infantaria, menos leais e mais fracamente armadas, tinham como meta atritar e, pelo menos, retardar o avanço das pontas de lança da coalizão, que seriam então destruídas pelas divisões mais fortemente armadas da reserva operacional. Em último caso, penetrações mais profundas seriam embotadas pelas divisões blindadas da guarda republicana. (ALVES, 2010, p. 195).

No entanto, embora muito numeroso e disposto no terreno de forma que as previsões de baixas fossem temerosas, o exército iraquiano não foi capaz de transformar isso em eficiência em combate. Em diversas ocasiões, oportunidades não foram aproveitadas, que caso o fossem, poderiam ter cobrado um preço muito mais elevado da coalizão, talvez atendendo ao objetivo principal de Saddam. Por ocasião dos momentos finais da própria invasão do Kuwait, este já dava sinais de que, embora contasse com equipamento e pessoal em grandes quantidades, carecia de capacidade operacional e tática.

O exército iraquiano nunca se mostrou capaz de operações consecutivas e contínuas na guerra contra o Irã. Sua rede logística e de suporte não permitiriam. A verdade é que agora eles haviam parado. Mesmo que Saddam quisesse se lançar aos campos de petróleo sauditas, necessitaria de muito esforço para liberar e ressuprir a Guarda Republicana para outro avanço. Como resultado, os iraquianos entraram no Kuwait e se acomodaram, para serem destruídos. (CITINO, 2001, p. 276)

Importante salientar a primeira das oportunidades desperdiçadas: caso tivesse continuado na ação, em virtude da fase prematura de formação das forças da coalizão na Arábia Saudita, o Exército teria sido capaz de preempir principalmente as forças americanas. Nos primeiros meses, tais forças se constituíam basicamente de tropas leves, que não seriam páreo para divisões mecanizadas. Assim, a continuação implicaria já nas primeiras baixas nas tropas americanas e uma dificuldade muito maior na capacidade de mobilização. Essa falta de aproveitamento do êxito se deve a enorme fragilidade do apoio logístico e de linhas de comunicação tanto do exército regular quanto da Guarda Republicana. Assim, manter o exército iraquiano em movimento era um esforço grande para os sistemas de apoio. Embora não se saiba ao certo as reais razões que levaram à estagnação das tropas do Iraque em suas posições no Kuwait, esta possivelmente é uma explicação.

Outro fator importante para explicar a inépcia do exército iraquiano é seu sistema de comando e controle. De acordo com Friedman (1991), o sistema de comando e controle iraquiano era altamente centralizado, e todas as decisões deveriam passar por Saddam Hussein. Ele acreditava que seus soldados não deveriam ser incitados a se valer de iniciativa para evitar o crescimento de uma tendência a subjugar seu governo, através de

um golpe. Com este alto grau de centralização as próprias decisões das ações sofriam efeitos de retardo, desacelerando o Ciclo OODA das tropas, as tornando já em essência fracas contra tropas altamente móveis.

Por conseguinte, observamos que apesar de numeroso e relativamente bem equipado, o exército iraquiano era muito ineficiente em suas funções fundamentais para o apoio ao combate. Sua falha capacidade logística e de linhas de comunicações, bem como seu letárgico sistema de comando e controle altamente centralizado foram facilmente percebidos pela coalisão como vulnerabilidades críticas, sendo alvo da fase aérea da campanha. Mesmo que não o tivessem, o grau de insuficiência que estes apresentavam para manutenção da capacidade combativa das tropas posicionadas no Kuwait já não teria permitido que este se contrapusesse à estratégia de alta mobilidade planejada pelo Comando da Coalisão, na figura do General Norman Schwarzkopf.

Isso posto, podemos nos voltar para a análise das forças da Coalisão. Sua ação foi dividida em quatro fases, sendo três delas executadas pela *USAF*, enquanto somente na quarta fase iniciariam as movimentações em terra. De acordo com Hughes (1995), as três primeiras fases foram conduzidas simultaneamente, com o objetivo de reduzir significativamente a capacidade combativa das forças iraquianas. Seus objetivos respectivamente eram: (1) campanha estratégica aérea, para destruir instalações de comando e controle, defesas aéreas, aeroportos, produções militares, entre outros; (2) estabelecimento de superioridade aérea no Teatro de Operações (TO), que visava destruir a capacidade iraquiana de se contrapor às aeronaves da coalisão; e (3) Preparação do Campo de Batalha, com o intuito de reduzir as forças iraquianas em pelo menos cinquenta por cento, para o início da campanha terrestre. (HUGHES, 1995, p. 30-31).

Cabe aqui ressaltar um ponto importante. A *AirLand Battle* foi desenvolvida, como mostrado anteriormente, para se contrapor a um ataque soviético e suas hordas escalonadas na Europa. Nesse sentido, a mudança de cenário, onde não somente a postura deixava de ter um caráter defensivo, mas também contra um inimigo mais fraco, fez mister algumas adaptações do conceito de emprego da força. Uma delas foi no emprego da Força Aérea, que dentro do princípio da *Deep Battle* estava prevista para engajar os escalões à retaguarda da Linha de Contato. As forças iraquianas não se encontravam em avanço ofensivo e muito menos capazes de realizar um ataque escalonado. Isto permitiu que a *USAF* fosse usada em ações que propiciaram a quebra da coesão mental dos inimigos, atacando suas vulnerabilidades críticas. No entanto, o mesmo caráter de atrito presente no princípio da doutrina, fez-se materializado em sua aplicação no combate.

Logicamente, a campanha aérea desempenhou um papel fundamental no desenrolar das ações. Isso suscitou toda sorte de exortações ao poderio aéreo de diversos membros do alto escalão intelectual militar dos EUA. “De certa forma, é incrível que essas velhas teorias do poder aéreo – que se mostraram repetidos insucessos ao longo da história – tenham emergido novamente” (LEONHARD, 1995, p. 271). Como nos mostra Alves (2010), houve então uma adaptação do velho e equivocado lema da IGM – a artilharia conquista e a infantaria ocupa – para a realidade do ar: a Força Aérea conquista e o Exército ocupa. No entanto, tal análise se mostra falha, uma vez que o Exército teve de engajar um percentual das forças iraquianas, a despeito do bombardeio incessante que ocorreu ao longo de cinco semanas sobre as tropas iraquiana, particularmente tropas que se encontravam na reserva, em posições à retaguarda, como as da Guarda Republicana (ALVES, 2010, p. 197 – 200).

A campanha aérea não atritou ou desmoralizou a Guarda Republicana como fez com as tropas regulares do Iraque, nas áreas do front. Isto se deve ao fato de que estas tropas eram as mais difíceis de observar e atacar devido à suas posições aprofundadas na retaguarda do TO. Além disso, Precision Guided Munitions¹⁷ (PGM) eram limitadas, e sem estas a eficiência decrescia muito, pois havia a necessidade de se bombardear a grandes altitudes, para evitar intensa artilharia antiaérea e Mísseis superfície-ar. Como resultado, a Guarda Republicana manteve aproximadamente setenta e cinco por cento de sua força, ao invés dos objetivados cinquenta por cento. (HUGHES, 1995, p. 33)

Esses resultados da atrição efetuada pela USAF demonstram que nem mesmo “o mais punitivo assalto aéreo da história militar” (CITINO, 2001, p. 282) foi capaz de conquistar a vitória sozinho. A bem da verdade, seus efeitos mais significativos foram somente manifestados uma vez que o assalto terrestre se fez iniciado, e deparou-se com uma tropa que foi, sem exageros bombardeada por cinco semanas ininterruptas, testemunhando a destruição de cada comboio que tentava lhe levar suprimentos em sua já parca cadeia logística, até que obviamente os comboios simplesmente pararam de tentar. (CITINO, 2001, p. 284). Os efeitos psicológicos foram muito mais eficazes do que os físicos. “Ao final, as tropas da coalisão ainda estavam em desvantagem de três para um, e mesmo assim habilmente derrotaram o inimigo com poucas baixas. O *momentum* do assalto mais do que compensou a desvantagem” (LEONHARD, 1991, p. 269). As tropas da coalisão, ao iniciarem seus ataques encontraram não uma tropa numericamente inferior no lado inimigo, mas uma tropa com moral profundamente abalado e forte tendência a se render, particularmente nas primeiras linhas de defesa. Além disso, a falta de ordens advindas de Bagdá não fez com que as tropas abandonassem suas posições defensivas, mas

¹⁷ Munições Guiadas de Precisão, em português

se renderam ou tentaram se retirar, ante a possibilidade do engajamento com as forças da coalisão.

Assim, vemos que a crítica feita na seção anterior à forma de condução da *Deep Battle* com foco no atrito proporcionado pela Força Aérea teve sua representação na realidade da operação exatamente como são os engajamentos característicos deste tipo de estilo de condução de conflito: foi uma longa e dispendiosa campanha aérea, que não atingiu os objetivos relativos a destruição do inimigo, embora tenha obtido pleno sucesso em atingir os objetivos estratégicos, particularmente aqueles que possibilitaram a ruptura das tropas iraquianas através da quebra de seu moral. Possivelmente, uma ação mais próxima de tropas com a Força Aérea, prezando pelo princípio das armas combinadas, teria obtido os mesmos resultados necessitando de uma quantidade muito menor de explosivos despejada sobre o Campo de Batalha.

Não obstante essa crítica relativa à campanha aérea, ela se mostrou extremamente eficaz. E com isso, as tropas puderam iniciar suas ações no TO já devidamente preparado para tal., além de preempir um inimigo que se tornou virtualmente cego demais para perceber seu movimento operacional. A operação em terra demonstrou o quão positiva foi a inserção da doutrina da *AirLand Battle* na mentalidade do *US Army*, particularmente por ter desenvolvido o pensamento no nível operacional. A manobra executada pelo General Schwarzkopf apresentou todos os requisitos que deixariam Helmuth Von Moltke orgulhoso: uma diversão operacional a ser realizada pela *2nd Marine Expeditionary Force* realizando uma Demonstração Anfíbia¹⁸ simulando um desembarque no interior do Kuwait; um movimento helitransportado do XVIII *Airborne Corps* para regiões profundas à retaguarda inimiga para evitar sua retirada; Dois movimentos centrais para fazer uma força de fixação com o intuito de iludir as tropas defensoras quanto à forma de manobra tática escolhida, fazendo-as acreditar em um ataque frontal – a serem executados pelo *Corps Pan-Árabe* e pela *1st Marine Expeditionary Force*; e o *schwerpunkt* realizando uma manobra de envolvimento operacional para atacar as posições profundas e ocupadas pela Guarda Republicana, o objetivo estratégico denominado como Centro de Gravidade por Schwarzkopf. Todo este movimento ocorrendo após as operações aéreas terem cegado o inimigo o suficiente (HUGHES, 1995, p. 32). Por conseguinte, percebemos claramente o movimento das tropas da coalisão no sentido de evitar as superfícies inimigas (tropas em posições defensivas na fronteira), buscando atacar uma brecha (tropas da reserva estratégica, que não se encontravam em posições preparadas à retaguarda), valendo-se do

¹⁸ Tipo de Operação Anfíbia, onde uma Força Tarefa Anfíbia simula um desembarque, sem realizar o Assalto propriamente dito.

princípio da combinação das armas e buscando preemptar e deslocar as tropas inimigas. A manobra então foi uma clara demonstração do emprego dos preceitos da GDM, empreendendo-a no nível operacional.

“O ataque pelo flanco do Kuwait foi significativo, não somente porque desbordou as trincheiras estáticas e fortificações no país, mas porque representou uma crença básica que deslocar o inimigo é melhor do que confrontá-lo” (LEONHARD, 1991, p. 280). Assim, desde o início, sabendo das limitações que se apresentavam no contexto do âmbito político-estratégico elencadas na seção anterior, os líderes da Força de Coalisção entenderam a necessidade de se evitar engajamentos demorados e sangrentos, característicos de uma ação frontal. Além de ir ao encontro dos preceitos da GDM, Schwarzkopf e os demais comandantes da operação demonstraram que o *US Army* conseguiu incorporar efetivamente o pensamento operacional. Realizaram uma campanha obedecendo aos objetivos estratégicos e suas limitações, arranjando as forças de forma a plenamente atendê-los.

Interessante ressaltar que, embora a manobra no nível operacional tenha se dado de acordo com os preceitos da GDM, no nível tático ela ainda se apresentou atrelada à fixação pelo atrito característica das tropas americanas. O General Franks, Comandante do VII *Corps*, designado como Esforço Principal das tropas da coalisção, optou por uma manobra com suas divisões cuidadosamente sincronizadas. Ele reduziu o avanço de seus elementos avançados de forma a garantir que incidiria sobre o inimigo com suas tropas emassadas. (HUGHES, 1995, p. 32).

Por vezes o VII Corps pareceu mais preocupado com fantasiar suas fileiras como grandes tropas de cavalaria do século XIV do que como manobra moderna mecanizada. Não era uma série de colunas mecanizadas, mas uma enorme linha, estendendo-se até onde o olho poderia alcançar de norte a sul. (CITINO, 2001, p. 290)

De acordo com Hughes (1995), a escolha por um ataque frontal se deveu por três motivos. Primeiramente pois a ação deveria ser executada sobre a Guarda Republicana o mais rápido possível, pois um cessar-fogo poderia acontecer a qualquer momento, e a destruição da Guarda Republicana era um objetivo estratégico. Em segundo lugar, uma vez que as tropas iraquianas não conseguiam detectar os movimentos do *Corps*, esse poderia avançar de forma frontal antes que o inimigo estivesse preparado. Por último, as forças americanas possuíam superioridade tecnológica, particularmente no que diz respeito a optrônicos e alcance de armas, o que as permitiam engajar o inimigo antecipadamente (HUGHES, 1995, p. 34). Tal avaliação demonstra a afeição dos comandantes americanos

pela superioridade de poder de fogo e pelo atrito, ainda pouco habituados a trabalhar a manobra.

O primeiro ponto foi provado falacioso pelo próprio desencadear das ações. A realização de um ataque frontal com as suas divisões “ombro a ombro” demanda um alto grau de sincronização, além de uma alta centralização das ações. Como consequência direta, um retardo no avanço do *1st Infantry Division* fez com que Franks determinasse uma noite de “pausa operacional”, uma decisão altamente controversa e fruto de contencioso entre ele e o General Schwarzkopf (CITINO, 2004, p. 286). Além disso, não somente as tropas perdiam velocidade pela necessidade de sincronização, como perdiam ritmo pela centralização das ações. Como vimos na seção sobre os filtros de Lind, a centralização do comando gera um atraso nas decisões, e por consequência um retardo em seu ciclo OODA.

O segundo motivo encontra argumentações semelhantes ao anterior. Os americanos, por possuírem supremacia na área de informações e inteligência estavam aptos a realizar quaisquer tipos de manobra tática. De acordo com Bruce Berkowitz

Normalmente a velocidade é a condição crítica para se efetuar uma manobra de flanco com sucesso. Entretanto, mesmo que as forças da coalizão não tivessem sido rápidas, os iraquianos teriam sido flanqueados. A razão para isso é que eles simplesmente não podiam ver seus oponentes, não tinham ideia onde eles estavam e não sabiam onde eles podiam reaparecer. Os comandantes da coalizão, por seu turno, sabiam onde suas forças estavam, visto que cada unidade conhecia sua própria localização e estava conectada em uma rede de comunicações segura e confiável (apud ALVES, 2010, p. 199).

Nesse diapasão, tendo a capacidade de controlar suas tropas em oposição a falta de capacidade iraquiana no ramo das informações, ao invés de aproveitar esta superioridade para executar manobras que propiciariam um aumento de *momentum*, Franks optou por uma sincronização cerrada, em prol de reduzir o risco de fratricídio. Como consequência, inevitavelmente incidiu frontalmente sobre tropas posicionadas à retaguarda.

Segundo Stephen Biddle, malgrado a elevada destruição de tanques e outros blindados iraquianos por ataques aéreos e a vantagem tecnológica das forças da coalizão, especialmente quanto à informação e à inteligência, um mínimo de 1.200 e um máximo de 4.100 blindados iraquianos sobreviveram e um percentual substancial deles soube do avanço da coalizão e aprestou-se para detê-lo (apud ALVES, 2010, p. 200)

Observamos assim, que a falta de velocidade decorrente da adoção de um dispositivo frontal possivelmente fez com que o VII Corps deparasse-se com um inimigo em uma posição mais bem preparada. Não obstante o número de baixas mesmo nesses

encontros terem sido diminutos, mostramos anteriormente que deslocar o inimigo é sempre melhor do que o enfrentar em uma posição já ocupada e defendida por ele.

Por último, a superioridade tecnológica no que tange optrônicos e alcance de armamentos vai ao encontro da meta do deslocamento funcional. Possuir este tipo de superioridade proporciona a capacidade de tornar um fator de força do inimigo irrelevante. O fato dessa decisão coadunar-se com os preceitos da GDM, é justamente o motivo pelo qual dever-se-ia buscar uma formação que propiciasse maior rapidez. Ao tornar sua velocidade de progressão mais lenta em virtude da necessidade de sincronização, incluindo aí a “pausa operacional” que causou a cólera de seu superior, as tropas americanas obtiveram menores oportunidades de realizarem aproveitamentos do êxito. Quaisquer vantagens que surgiriam da quebra da coesão mental inimiga por ter sido funcionalmente deslocada deixou de ser aproveitada em prol da sincronização.

Anteriormente este estudo mostrou que os combates pautados na atrição estão fadados a serem longos e sangrentos. No entanto, mesmo tendo empregado conceitos puramente de atrito em sua manobra, o VII Corps não se deparou com um elevado número de baixas. Isto possui algumas causas específicas que veremos a seguir.

Primeiramente a inépcia do exército iraquiano em aproveitar-se das vulnerabilidades americanas, principalmente em virtude de seu sistema de comando e controle altamente centralizado.

Não há relatos em absoluto de comandantes de corps ou de divisão realizando movimentos significativos sem ordens de Bagdá. Por essa característica, a Operação Tempestade no Deserto, vista de forma abstrata como um conflito entre oponentes com nó em seu Comando e Controle se torna um caso fácil. Forças da coalisão sendo controladas pelo General Schwarzkopf do quartel, sobrepuseram pela manobra e romperam as forças iraquianas que eram controladas, quando eram, por Saddam Hussein (LEONHARD, 1991, p. 284).

Desta forma, percebemos que embora a estrutura de comando fosse bastante centralizada, a estrutura iraquiana era mais ainda. Por si só este fato já torna o processo de tomada de decisão mais veloz por parte da coalisão. Somando-se a isto a destruição de quase todas as comunicações iraquianas por parte da Força Aérea americana, e percebemos a diferença de ritmo do ciclo OODA de ambas as tropas. Nesse sentido, observamos que, não obstante as tropas da coalisão não terem tido um bom desempenho neste quesito, seus inimigos foram piores.

Ademais, não somente na capacidade de comando e controle o exército iraquiano estava pobre. De acordo com Leonhard (1991), o comportamento em batalha, habilidades táticas e nível de treinamento das tropas de Saddam eram muito parcos. Nem mesmo a

Guarda Republicana fazia jus a fama de ser uma tropa melhor. Possuíam defesas mal organizadas, mal distribuídas e facilmente flanqueáveis (LEONHARD, 1991, p. 286). Não obstante os defeitos em relação aos preceitos da Guerra de Manobra por parte do exército americano, este era extremamente bem treinado. Era um exército que se mantinha em constante preparação para um conflito com sua rival soviética na Europa. Desta forma,

Apesar das vantagens, diretas e indiretas, proporcionadas pelo domínio aéreo e pela supremacia tecnológica dos norteamericanos, caso os iraquianos que lutaram – uma minoria das forças dispostas no teatro de operações, mas, ainda assim, uma minoria numerosa – tivessem o mesmo nível de marcialidade de seus oponentes, a vitória custaria certamente muito mais tempo, recursos e vidas dos Estados Unidos e aliados (ALVES, 2010, p. 201).

Ou seja, as tropas iraquianas foram muito inferiores por não executarem suas ações com menos centralização, o que possibilitaria os comandantes de unidades aproveitarem possíveis brechas no dispositivo da coalisão; além de possuírem uma qualidade de treinamento muito escassa. Caso tivessem descentralizado suas decisões em algum nível pareio ao dos americanos, e possuísem um treinamento mais adequado, o resultado talvez tivesse sido outro. Ambos estes fatores estão diretamente ligados ao primeiro filtro de Lind, apresentado anteriormente, demonstrando o risco ao qual os americanos se expuseram em realizarem uma ação pautada no atrito no nível tático.

Outro fator importante para a tática americana do combate frontal ter sido profícua foi a predominância do nível operacional na aplicação dos conceitos da Guerra de Manobra. Como demonstrado anteriormente, é neste nível que a GDM se manifesta plenamente. A Operação Tempestade no Deserto é um exemplo disso. O sucesso da manobra realizada operacionalmente suplantou as falhas ocorridas no nível tático. O fato de a fase aérea da campanha ter destruído as vulnerabilidades críticas do inimigo levando a quebra de sua coesão mental, quando combinada com os movimentos dos *Corps*, deixaram apenas a opção de fugir ou se render para as tropas iraquianas. O emprego combinado das ações da Força Aérea e do ramo da inteligência e informação para cegar o inimigo quanto a movimentação operacional de dois *Corps* que desempenhariam o papel de Esforço Principal, a realização de um movimento envolvente pelo flanco esquerdo das tropas iraquianas evitando suas superfícies e incidindo sobre sua brecha para destruir o centro de gravidade inimigo. Tudo isso contribuiu para que houvesse pouca resistência contra as tropas do VII *Corps*, e que a pouca que se apresentasse, estivesse razoavelmente desgastada e ainda não completamente preparada. Toda esta manobra organizada pelo General Schwarzkopf, aliada a inépcia do exército iraquiano apresentada acima, permitiu

que, mesmo em uma manobra do nível tático pautada no atrito, o combate não fosse tão penoso, e o número de baixas se mantivesse em níveis reduzidíssimos.

No entanto, mesmo assim, a falta de alinhamento com os preceitos da Guerra de Manobra trouxe consequências para o exército americano. A principal delas foi a falta de capacidade de aproveitar o êxito, o que permitiu a fuga de uma parcela da Guarda Republicana. Um terço dessa tropa, que havia sido elencada por Schwarzkopf como centro de gravidade inimigo conseguiu escapar pelo Rio Eufrates. Isto deveu-se principalmente ao fato de que as forças americanas não fecharam o bolsão que seria gerado através do envolvimento. Como nos mostra Citino (2004), o General havia postulado a Guarda como sua prioridade mais alta. No entanto, a falha em ocupar o Aeroporto de As Safwan, local onde havia planejado a assinatura de um armistício com os iraquianos, à tempo fez com que ele dirigisse sua raiva contra o General Franks e seu movimento sincronizado, acusando-o de ser muito cauteloso e se mover muito devagar (CITINO, 2004, p. 289). De fato, fossem as tropas da coalisão mais livres em iniciativa, talvez o movimento tivesse conseguido fechar o bolsão de forma a destruir as tropas da Guarda Republicana. Mas não foi esta a única ação pautada no atrito que impediu a concretização dos efeitos desejados do General Schwarzkopf.

Como nos mostra Hughes (1995), o plano de isolamento envolvia o XVIII *Corps* bloqueando a *Highway 8* enquanto a USAF cortaria a rota de fuga ao Norte, isolando as tropas da Guarda Republicana através da destruição das pontes sobre o Rio Eufrates. No entanto, devido a baixa visibilidade ocorrida em virtude de mal tempo e de fumaça de poços de petróleo, ela não conseguiu executar sua tarefa com eficiência. Além disso, o comando estabeleceu a chamada Linha 20 Norte-Sul, onde tudo a Leste dela ficaria a cargo da Força Aérea, enquanto tudo a Oeste, de responsabilidade das tropas terrestres, com a intenção de evitar fratricídio em virtude da escassa comunicação para coordenação Ar-Superfície. Mais uma vez, os bombardeios aéreos não foram capazes de inviabilizar a retirada das tropas iraquianas, e parte delas conseguiu se evadir. (HUGHES, 1995, p. 35). Ambos Hughes e Citino comparam a ineficácia em realizar o envolvimento das tropas da Guarda Republicana e sua eventual destruição com a ordem de parada dada por Hitler quando da invasão da França que permitiu a retirada das tropas da BEF em Dunquerque.

A semelhança de ambos jaz precisamente na não observância dos preceitos da Guerra de Manobra. A não combinação dos bombardeios aéreos com movimentações de tropas terrestres não permite a criação de um dilema no inimigo. Deparado com um problema, o inimigo busca soluções e com isso, consegue rodar seu Ciclo OODA mais rápido do que se fosse deparado com um dilema. A intenção de tropas terrestres avançando

em ritmo acelerado para aproveitar os êxitos é justamente essa. Por conseguinte, tanto a movimentação em ritmo mais lento gerada pela necessidade de sincronização das tropas do VII *Corps* quanto a impossibilidade da combinação deste com os fogos de bombardeio aéreo permitiu a fuga de parte da Guarda Republicana, pois confiou sua destruição ao atrito. Esse, inevitavelmente necessita de um dispêndio de tempo e recursos para cumprir suas tarefas, tempo esse que os americanos não mais possuíam disponível àquela altura da operação.

Face ao exposto, observamos que a campanha da coalisção na Operação Tempestade no Deserto foi pautada tanto por princípios de atrito quanto por princípios de Guerra de Manobra. Muitos dos méritos do emprego da manobra pelos americanos se devem à implementação da doutrina da *AirLand Battle*, como mostrada na seção anterior. O emprego dessa, principalmente no nível operacional, permitiu uma vitória americana com baixíssimo custo. No entanto, como esperado, ainda havia entranhado na mentalidade americana a crença em preceitos de superioridade do poder de fogo e da massa mesmo que usados isoladamente. Tais conceitos, como demonstrado, tiveram consequências no sucesso americano no conflito. Ademais, em muitos destes momentos, não fosse o exército iraquiano tão inepto, o custo em vidas e material poderia ter sido maior para as tropas da coalisção, e talvez colocando em xeque até mesmo a viabilidade da continuação da operação por parte de suas forças quando defrontadas com suas opiniões públicas nacionais.

CONCLUSÃO

Este trabalho buscou demonstrar a validade dos conceitos da Guerra de Manobra que, de forma alguma, é uma prática bélica nova, mas um processo evolutivo que tem suas raízes séculos atrás, na busca do ser humano por vencer o outro obtendo o mínimo de perdas para si possível. O que este estudo procurou demonstrar foi como essa busca conceitual da vitória ao menor custo se materializou nos contenciosos humanos no século XX.

Nesse sentido, o trabalho foi embasado no pensamento de influentes teóricos da doutrina para consolidar a maneira como ela se apresenta hoje. Coronel John Boyd, William Lind e Robert Leonhard foram os escolhidos por nos trazerem ferramentas que foram amplamente utilizadas ao longo do estudo para exemplificar o alinhamento das doutrinas com a GDM. Assim, com um arcabouço consolidado acerca dos conceitos da Guerra de Manobra, foram analisados dois grandes conflitos envolvendo exércitos nos quais os preceitos da teoria se faziam presentes, e cujos resultados, para os contenciosos que se envolveram, foram tão significativos que seu estudo é mister para a compreensão do fenômeno da Guerra no século XX.

Ambos os conflitos têm uma importância temporal, principalmente por ocorrerem com meio século de interposição. O fato de a aplicação dos conceitos da Guerra de Manobra por parte dos alemães ter sido fundamental para a quebra da guerra estática característica da IGM, e de que cinquenta anos depois sua doutrina ter sido revisitada pelos americanos para sua própria reformulação doutrinária, reveste-se de significância. Isso mostra a crença de que ao final do século XX, o país que se encaminhava para ser a maior potência militar do mundo, ainda deveria utilizar os conceitos centenários daquele exército que fizeram chocar o mundo com sua guerra de movimento, cinquenta anos antes. O fato de sua aplicação ter levado os EUA ao sucesso em um conflito menos de dez anos após sua implementação, dá indícios de que este fato teve importância.

Assim, através de uma análise de seus principais fatores condicionantes dos níveis político-estratégico e de suas doutrinas, particularmente no que tange o seu alinhamento com os conceitos da Guerra de Manobra, avaliamos as aplicações práticas da forma de empreender guerra de ambos os exércitos. Nesse sentido, o estudo demonstrou um ponto fundamental: a não observância dos preceitos da GDM por parte desses exércitos não os fez perder seus combates, mas os fez terem custos mais elevados para a obtenção da vitória, seja em vidas de combatentes, seja em material. De forma a realizar uma avaliação completa, mostrou-se também o lado dos inimigos derrotados, e como a inépcia deles teve

grande parcela de responsabilidade no não aproveitamento dos erros para o aumento dos custos por parte dos vitoriosos em ambos os conflitos.

No entanto, embora seja um estilo de condução do conflito mais eficiente, demonstrou-se também que sua implementação não é simplória. O processo centenário que levou os alemães a empregarem a GDM na IIGM não pôde ser plenamente aplicado pelo exército americano. Mesmo uma década após a formulação da *AirLand Battle*, o exército que possuía mais recursos combinado a um treinamento exaustivo, visando atingir a capacidade operativa para se contrapor a seu inimigo soviético mais numeroso e muito bem treinado, ainda não era plenamente capaz de pôr em prática os preceitos adotados da GDM.

Dessa forma, tendo comprovado a relação entre as doutrinas alemã e americana no que tange ao emprego da Guerra de Manobra, este estudo comprova a continuidade e aplicabilidade destes conceitos ao longo do século XX, e fornece o embasamento para a análise futura da aplicação da GDM também no século XXI. Apesar da inexorável marcha do tempo, conceitos centenários relativos à forma de se empreender a guerra se fizeram materializados na primeira metade do século passado, e foram revisitados com sucesso já no final deste pela potência que viria a ser, e hoje o é, o grande *hegemon* do campo militar no mundo. O fato de a alvorada do século seguinte haver sido marcada por mais uma empreitada bélica americana no Iraque, essa ainda sendo guiada em seu cerne pela doutrina da *AirLand Battle*, nos traz fortes motivos para indagação acerca da continuidade da validade dos conceitos da GDM também neste século subsequente.

Marcado pelo fortalecimento da estrutura da ONU, no século XXI se prevê a quase impossibilidade de conflitos operacionais em larga escala, como aqueles que marcaram o seu predecessor, havendo assim um predomínio de conflitos de natureza assimétrica. Desta forma, alguns questionamentos se fazem possíveis: seria a GDM aplicável neste tipo de conflito? Seria a execução de um conflito operacional, então não mais aplicável nesta realidade, o que por consequência afetaria bastante a validade da Guerra de Manobra?

Essas são perguntas para serem respondidas por um estudo posterior. No entanto, cabe a ressalva: caso os conceitos da GDM, que permearam as empreitadas bélicas ao longo de séculos, se provem ainda válidos para a realidade dos próximos cem anos, possuir exércitos preparados e com um foco principal em aprestar-se através de árduos adestramentos, e o desenvolvimento de uma mentalidade voltada para a execução da manobra, ao invés de uma busca incessante por novas tecnologias que busquem a destruição do inimigo, far-se-á mister, mais uma vez, para o sucesso daquelas forças que pretenderem alcançar projeção entre as demais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Vágner Camilo. **A Guerra do Golfo**. Tensões Mundiais, v. 6, n. 10, p. 191-211, 2010.
- BRASIL, Marinha do Brasil. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. *CGCFN-0-1: Manual de Fundamentos de Fuzileiros Navais*. Rio de Janeiro, 2013.
- _____. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada, *EMA-305: Doutrina Militar Naval*. Brasília: EMA, 2017.
- _____. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada. *EMA-331: Manual de Planejamento Operativo da Marinha*. Brasília: EMA, 2006. 3 v.
- _____. Ministério da Defesa. *MD35-G-01: Glossário das Forças Armadas*. 5. ed. Brasília, 2015.
- BURLEY, Shaun A. **XI. Contrasting Styles of Command: French and German Approaches during the 1940 Campaign**. *Defence Studies*, v. 5, n. 1, p. 138-150, 2005.
- CITINO, Robert M. **Blitzkrieg to Desert Storm: The Evolution of Operational Warfare**. Kansas: University Press of Kansas, 2004.
- CLAUSEWITZ, Carl Von. **On War**, ed. and trans. Michael Howard and Peter Paret. Princeton, NJ: Princeton Univ. Press, 1976
- COSTA, W M. **Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder**. Ed Hucitec. São Paulo, 1992.
- COX, Kenneth J. **The Battle for Crete (Operation Mercury): An Operational Analysis**. NAVAL WAR COLL NEWPORT RI JOINT MILITARY OPERATIONS DEPT, 2001.
- CHURCHILL, Winston S *Sir. Memórias da Segunda Guerra Mundial – volume I (1919 – 1941)*. Ed e trad. Denis Kelly e Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Harper Collins. 2017
- CRAIG, Gordon A. “The Political Leader as a Strategist”. Em: PARET, Peter. **Makers of Modern Strategy – from Machiavelli to the nuclear age**. Princeton: Princeton University Press. 1986.
- CURRY, James Edward. **From Blitzkrieg to Airland Battle: The United States Army, the Wehrmacht, and the German Origins of Modern American Military Doctrine**. 2015. Tese de Doutorado. University of Western Australia.
- FRIEDMAN, Norman. **Desert Victory: The War for Kuwait**. Annapolis, MD: Naval Institute Press. 1991.
- HART, B. H. Liddell. **The “Man-in-the-Dark” Theory of Infantry Tactics and the “Expanding Torrent” System of Attack**, Royal United Services Institution. *Journal*, 66:461, 1-22, DOI: 10.1080/03071842109421930. 1921 Acesso em: 14/07/2020.
- HUGHES, Stephen E. **Desert Storm: Attrition or Maneuver**. Army command and General Staff Coll. Fort Leavenworth KS School of Advanced Military Studies, 1995.

JOMINI, Antoine H. **The Art of War**. Lippincott. University of California, 1862.

KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. Tradução Saul S. Gefter, Ann Mary Fighiera Perpétuo. Tradução revista Heitor Aquino Ferreira. São Paulo: Saraiva, 2012.

KNOX, M; MURRAY, W. **The Dynamics of Military Revolution, 1300-2050**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2001.

LAGARDE, Dominique. **A Guerra do Golfo (1990-1991)**. In: HECHT, Emmanuel; SERVENT, Pierre. O Século de Sangue: 1914 - 2014 - As vinte guerras que mudaram o mundo. São Paulo: Contexto, 2015

LIND, William S. **Maneuver Warfare Handbook**. Colorado: Westview Press, 1985.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **Quem tem medo da geopolítica?** São Paulo: HUCITEC: Edusp, 1999. 228 p.

MILLER, John M. **Crete and the Three Levels of War**. Unpublished Research Paper, U.S. Army War College, Carlisle Barracks, PA: 1989.

MURRAY, Williamson; MILLET, Alan R. **Military Innovation in the Interwar Period**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Carta das Nações Unidas**. Disponível em : <<https://brasil.un.org/pt-br/91220-carta-das-nacoes-unidas>>. Acesso em :07out.2020.

ROTHERBERG, Gunther E. “Moltke, Schlieffen, and the Doctrine of Strategic Envelopment”. Em: PARET, Peter. **Makers of Modern Strategy – from Machiavelli to the nuclear age**. Princeton: Princeton University Press. 1986.

SEGUNDA Guerra Mundial em Cores. Elenco: Robert Powell. Londres. 2009. 13 Capítulos. Disponível em <https://www.netflix.com/br/title/70254851>.

SCHWARZKOPF, Norman. **It Doesn't Take a Hero: The Autobiography of General Norman Schwarzkopf**. Bantam, 2010.

SKINNER, Douglas W. **Airland Battle Doctrine**. Center For Naval Analyses Alexandria VA. Strike And Amphibious Warfare Research Dept, 1988.